

Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil

2024 - 2025

REDE ANBIMA DE
EDUCAÇÃO



ANBIMA

Índice

Por onde começar.....	3
Introdução	4
Sumário executivo	5
Metodologia utilizada	7
 Principais achados	 9
Educação financeira ao alcance de todas as pessoas	10
Modelo presencial, virtual ou híbrido: qual a melhor maneira de educar sobre o dinheiro?	15
Segmentar para atingir	21
O papel da educação formal na construção de um aprendizado financeiro	26
Prática <i>versus</i> teoria: um olhar sobre as reais necessidades de aprendizado na educação financeira	29
 Artigos elaborados pela Rede ANBIMA de Educação	 32
Empreendedores do conhecimento: o crescimento da educação financeira oferecida por pessoas físicas no Brasil	33
Educação financeira e desenho educacional: reflexões e perspectivas	43
Foco que gera resultado: como personalizar para impactar?	52
Educação financeira na educação formal: uma visão conceitualmente abrangente e socialmente articulada	62
O que está sendo ensinado <i>versus</i> as reais necessidades de aprendizado na educação financeira	69
 Expediente	 76

■ **Por onde
começar**



Introdução

A **ANBIMA** liderou, em 2024, o levantamento de iniciativas de educação financeira em todo o Brasil, com o objetivo de quantificar, analisar formatos e medir a abrangência dessas ações. Mais do que uma simples coleta de dados, o mapeamento fornece subsídios importantes para a construção de estratégias eficazes para promover mudanças no comportamento financeiro da população.

Esse mapeamento, realizado também em 2013 e 2017, foi organizado novamente pelo instituto de pesquisas Plano CDE, permitindo a comparação entre os resultados atuais e os dos anos anteriores.

Entre os principais achados do estudo, chama atenção o crescimento dos projetos oferecidos em formato híbrido (um salto de 18% para 58%, entre 2017 e 2024), mostrando que o avanço no acesso à tecnologia e o uso maciço das plataformas digitais, a exemplo de outros setores do cotidiano, também moldaram a forma de oferecer e consumir a educação financeira no país.

E se por um lado o letramento financeiro se tornou mais acessível ao longo dos anos, ainda pairam dúvidas sobre como potencializar o impacto dessas ações. Os questionamentos recaem principalmente sobre a adequação do conteúdo para públicos diversos, em meio a um grande contingente de brasileiros e brasileiras que ainda não têm noções básicas de finanças.

É fundamental destacar que os resultados das pesquisas anteriores serviram de incentivo e bússola para aprimorar e ampliar as frentes voltadas à educação financeira, reafirmando os objetivos da Enef (Estratégia Nacional de Educação Financeira), frente criada em 2010 e coordenada pelo Governo Federal em parceria com instituições financeiras.

A análise dos dados destaca a importância de um esforço coletivo e contínuo, em que agentes de políticas públicas, profissionais da educação, instituições, influenciadores e líderes do setor financeiro atuem em sinergia, compartilhando conhecimento e definindo possíveis soluções, a partir de dados e estatísticas. Assim, ações de educação financeira no Brasil podem ser direcionadas de maneira transformadora.

Sumário executivo

O levantamento das iniciativas de educação financeira no Brasil mostra um número menor de programas oferecidos em 2024 em relação aos estudos de 2013 e 2017. A abrangência dessas ações, contudo, foi ampliada, graças à adoção da modalidade híbrida de ensino, a popularização do tema nas redes sociais e à proliferação de cursos online. A web, aliás, foi a grande impulsionadora das iniciativas, seja por conta das plataformas digitais, seja pela audiência dos finfluencers – os influenciadores de finanças nas redes.

Os destaques da edição

Número de iniciativas: foram identificadas 229 ações de educação financeira em 2024. O resultado revela queda em relação aos levantamentos anteriores – foram 526, em 2017, e 317, em 2013.

Apesar da diminuição, o alcance geográfico e a profissionalização dos esforços foram ampliados. Em 2024, 29% das iniciativas atingiram mais de 10 mil pessoas; esse patamar foi de 9,3%, em 2017, e de 20%, em 2013.

Gratuidade: a maioria das iniciativas (74%) é gratuita, financiada principalmente por recursos privados (43%) – sejam de empresas, sejam de instituições, sejam de associações.

Público: 55% das iniciativas são voltadas diretamente a pessoas físicas; apenas 10% dos projetos têm foco exclusivo em empresas e organizações. Metade das ações (48%) atendem a todas as pessoas, sem distinção de nível de acesso a serviços financeiros.

Orçamento: há uma variação significativa nos orçamentos das iniciativas, indo de menos de R\$ 1 mil a mais de R\$ 500 mil por ano.

Modalidades: a modalidade híbrida de ensino (combinando presencial e virtual) cresceu de 18%, em 2017, para 58%, em 2024. Apenas 12% das ações ocorrem exclusivamente de forma presencial.

Geografia: a maioria das iniciativas se origina no Sudeste do Brasil, com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentrando 66% das ações mapeadas.

Na web: a popularização de influencers nas redes sociais tem contribuído significativamente para disseminar o tema de forma acessível e atrativa. Em 2024, 62% das iniciativas ocorreram nas redes sociais, enquanto 28% foram exclusivamente virtuais.

Influência: influencers também têm desempenhado um papel significativo na expansão do alcance das iniciativas. Em 2024, os perfis de influenciadores de finanças somaram 208 milhões de seguidores nas redes sociais.

Temáticas: as iniciativas de educação financeira abordam, principalmente, conteúdo referente a planejamento financeiro, poupança e mudança de comportamento em relação ao dinheiro. Também são comuns orientações sobre organização financeira, práticas de poupança e informações básicas de investimento.

Formatos: as iniciativas utilizam diversos formatos, incluindo postagens em redes sociais (73%) e cursos de curta duração no YouTube (60%). O modelo híbrido é apontado como uma alternativa eficaz para aumentar o alcance da educação financeira no Brasil.



Metodologia utilizada

A terceira edição do retrato das iniciativas de educação financeira no Brasil foi realizada a partir da coleta de dados por um formulário online. As inscrições para a participação do levantamento ficaram disponíveis entre 27 de fevereiro e 5 de julho de 2024. Foram consideradas inscritas as iniciativas de educação financeira que preencheram pelo menos 10% do formulário, ou seja, o suficiente para incluir nome, contato e descrição do projeto.



A divulgação do formulário foi feita por diversos canais



Mensagens de e-mail para mailing de iniciativas inscritas nas edições anteriores (2013 e 2017).



Contato telefônico com responsáveis por projetos inscritos nas edições anteriores.



Publicações nas redes sociais da ANBIMA, do Plano CDE e de outros parceiros.



Mensagens de e-mail para instituições do ecossistema da ANBIMA (associadas e aderentes aos códigos de melhores práticas) e para entidades parceiras da área de Educação.



Envio de mensagens no WhatsApp para representantes de empresas associadas à ANBIMA e para a Rede ANBIMA de Educação.

O mapeamento se propôs a atingir três objetivos principais: identificar o perfil das iniciativas inscritas, caracterizar o público-alvo dessas ações e compreender as ferramentas e os meios utilizados por elas.

O formulário deveria ser preenchido com a identificação da instituição ou pessoa responsável pelo projeto, o setor em que atua, o tipo e o detalhamento das ações realizadas, assim como periodicidade, público-alvo e quantidade de pessoas atingidas, formas de transmissão, fonte de financiamento, abrangência, entre outras informações.

■ Análise dos resultados

Além da coleta e do agrupamento das iniciativas atuais, se fazia necessário analisar os resultados obtidos. A partir de encontros, debates e dinâmicas de design thinking, membros da [Rede ANBIMA de Educação](#) produziram cinco artigos com reflexões sobre a oferta de educação financeira no Brasil. Os textos constituem a base analítica deste relatório (e podem ser conferidos na íntegra como anexos do material).

A [Rede ANBIMA de Educação](#) é um grupo formado por representantes de empresas associadas e parceiras da Associação, além de especialistas em finanças e educação. Por meio de atuação plural e diversificada, a Rede tem o objetivo de promover conexões que ajudem a ampliar o acesso à educação financeira no Brasil.





Principais achados



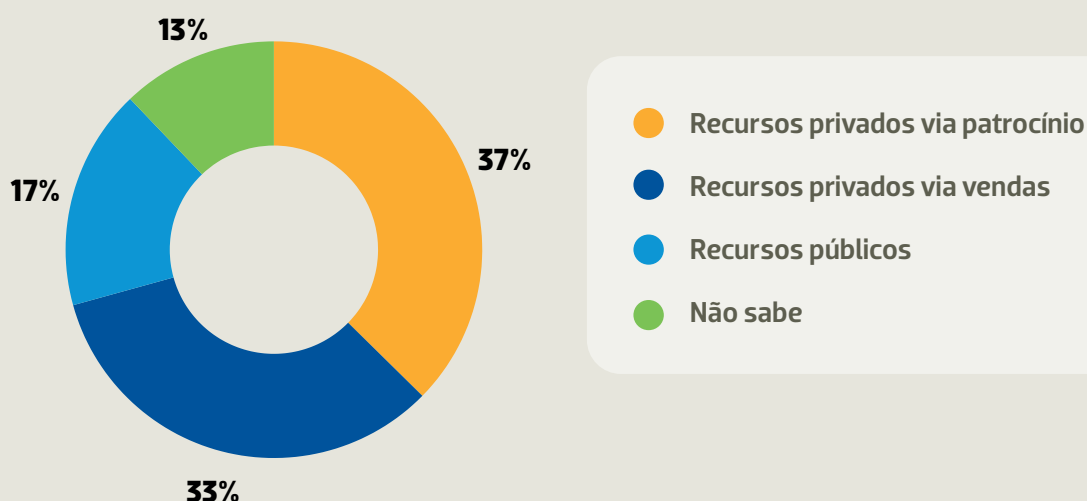
■ Educação financeira ao alcance de todas as pessoas

Em 2024, foram identificadas 229 iniciativas de educação financeira no Brasil. Eram 526 em 2017 e 317 em 2013. Apesar da redução na quantidade de projetos, o alcance tem sido cada vez maior, muitas vezes na casa de dezenas de milhares de pessoas e em escala nacional, cancelando a importância do aprendizado de milhões de brasileiros e brasileiras ao longo dos últimos anos. Os projetos têm se provado diversos e acessíveis, proporcionando às pessoas físicas melhores condições para tomarem decisões com relação às suas finanças.

O mapeamento revela que a maioria das iniciativas voltadas para a educação financeira no país é gratuita — 74% delas não exigem qualquer tipo de pagamento para acesso, o que demonstra a preocupação com a democratização do conhecimento.

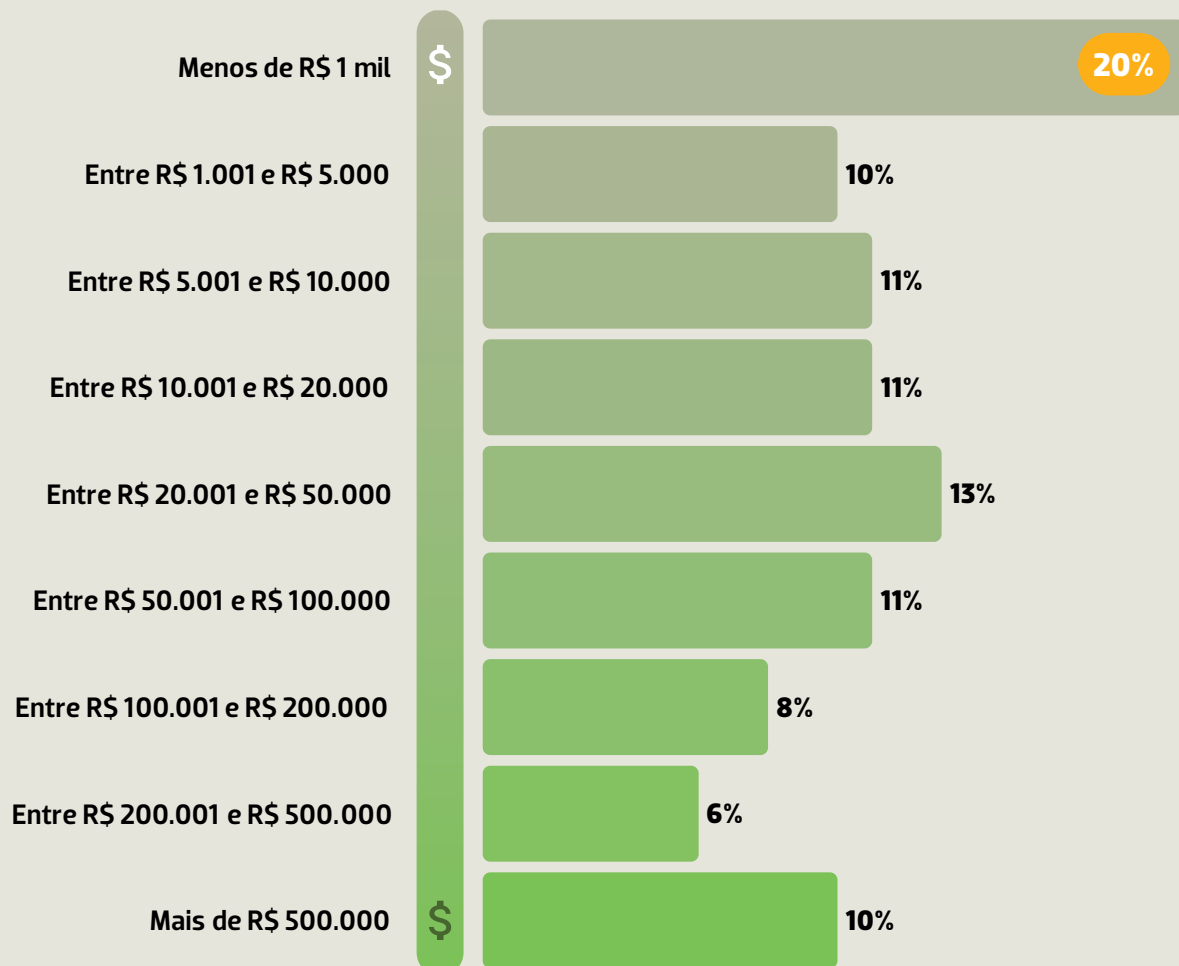
Os recursos privados via patrocínio, sejam de empresas, sejam de instituições, financiam 43% das iniciativas oferecidas de forma gratuita ao público final. No caso das ações pagas, 88% levantam recursos por vendas, indicando que a demanda por conhecimento financeiro pode ser um bom negócio.

■ Fonte de financiamento das iniciativas



Já em relação às verbas para a realização das iniciativas mapeadas, há bastante heterogeneidade. Se de um lado quase 20% contam com um orçamento menor que R\$ 1 mil por ano, de outro, 24% demandam a partir de R\$ 100 mil.

Orçamento para a realização da iniciativa



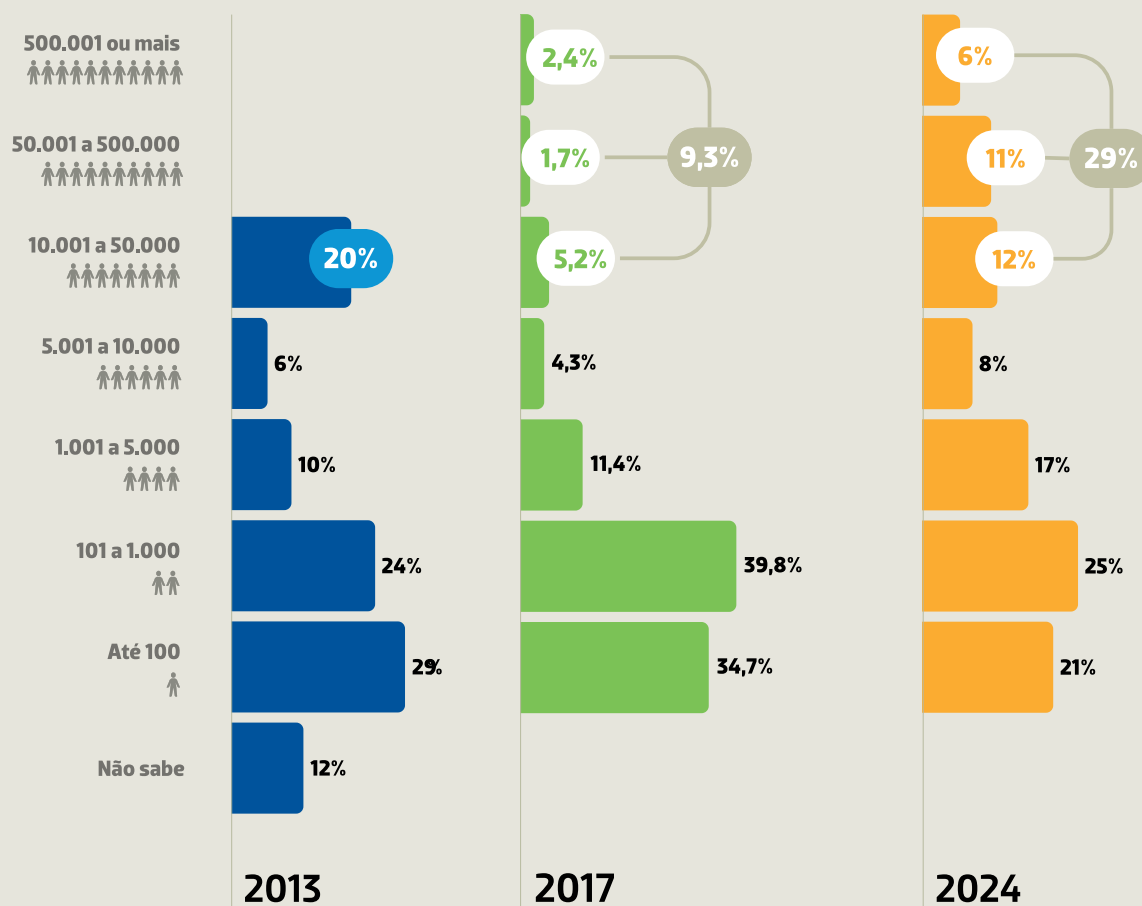
E essa heterogeneidade de orçamentos é detectada tanto entre as iniciativas gratuitas quanto nas pagas.

Orçamento necessário para garantir a gratuidade da iniciativa

Orçamento	Total	Iniciativas gratuitas	Iniciativas pagas
Menos de R\$ 1 mil	20%	22%	18%
Entre R\$ 1.001 e R\$ 5.000	10%	9%	12%
Entre R\$ 5.001 e R\$ 10.000	11%	12%	12%
Entre R\$ 10.001 e R\$ 20.000	11%	12%	6%
Entre R\$ 20.001 e R\$ 50.000	13%	12%	12%
Entre R\$ 50.001 e R\$ 100.000	11%	9%	12%
Entre R\$ 100.001 e R\$ 200.000	8%	7%	15%
Entre R\$ 200.001 e R\$ 500.000	6%	6%	6%
Acima de R\$ 500.001	10%	11%	9%
Base de respondentes	218	161	34

As ações de educação financeira têm alcançado um número mais representativo da população brasileira ao longo dos anos. O mapeamento mostra que, em 2024, houve crescimento na proporção de iniciativas que atingem grandes públicos: 29% das ações tiveram alcance superior a 10 mil pessoas, resultado bem acima dos 9,3% de 2017 ou dos 20% reportados em 2013.

Alcance das iniciativas (em número de pessoas)



E o que explica essa expansão?

O surgimento e a popularização de influencers, influenciadores de finanças nas redes sociais, que têm contribuído para disseminar o tema de forma acessível e atrativa, podem estar por trás dessa evolução.

O fato de 55% das iniciativas se concentrarem na educação de indivíduos de maneira universal, sem distinções significativas de gênero, raça ou acesso a serviços financeiros, também pode ajudar a explicar o maior alcance das ações. Isso leva mais pessoas a se beneficiarem, ainda que de maneira generalista,

de orientações financeiras adequadas. E o terceiro fator que ajuda a contar essa história recai sobre a abrangência nacional de 70% das iniciativas, permitindo que conhecimentos essenciais sobre finanças cheguem a diversas regiões do país.

Apesar do aumento das ações direcionadas a públicos mais expressivos, é importante registrar que cerca de metade delas atinge no máximo mil pessoas. E, nesses casos, elas costumam ser exclusivamente presenciais.

Confira o artigo da Rede ANBIMA de Educação que baseou as análises deste capítulo

Empreendedores do conhecimento: o crescimento da educação financeira oferecida por pessoas físicas no Brasil

O artigo oferece uma análise de como o número de educadores autônomos de finanças cresceu, impulsionado pela acessibilidade da internet. O texto destaca a importância de entidades como ANBIMA e CVM se mobilizarem para assegurar que esses profissionais sejam preparados e possam oferecer orientações confiáveis, um processo que exige regulamentação e apoio de parcerias, promovendo um futuro financeiro mais seguro e preparado para o país.

Autoria:

- Alexandre Luís dos Santos
- Jenifer Correa
- Luan Carlos Correia Soares

Clique para ler o artigo na íntegra a partir da página 33



Modelo presencial, virtual ou híbrido: qual a melhor maneira de educar sobre o dinheiro?

Um dos principais propósitos da educação financeira no Brasil é conseguir abrir diálogo com uma população amplamente diversa em termos culturais, sociais e econômicos, com demandas e disponibilidade de recursos bastante variadas. Essa multiplicidade impõe obstáculos à formulação e implementação de iniciativas eficazes.

Esses desafios adquirem características adicionais devido à desigualdade social e à falta de uma cultura financeira consolidada. Embora a educação financeira tenha sido incluída recentemente na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento que direciona o currículo da educação básica no Brasil, ela ainda enfrenta obstáculos significativos para ser incorporada ao cotidiano das escolas e da sociedade, permanecendo um tema distante no processo educacional formal. Lidar com dinheiro não é trivial. As mudanças no cenário econômico, como variações nas taxas de inflação e de juros, afetam diretamente a vida das famílias e tornam essencial a compreensão de conceitos financeiros fundamentais para uma gestão eficaz dos recursos.

Nesse contexto, a educação financeira desempenha um papel crucial ao oferecer ferramentas para a tomada de decisões conscientes, como poupar, investir e consumir de maneira responsável. Ensinar conceitos de planejamento financeiro desde cedo pode ajudar as pessoas a entenderem a importância de criar reservas, buscar investimentos que protejam o poder de compra e evitar endividamentos desnecessários.

Diante das dimensões continentais do Brasil, é fundamental que as ações para educar a população financeiramente possam ser acessadas por um número cada vez maior de pessoas. Este retrato das iniciativas de educação financeira em 2024 mostra que tem havido essa evolução, já que a oferta de projetos em formato híbrido cresceu significativamente em seis anos, de 18% para 58% do total. Atualmente, apenas 12% das ações ocorrem de forma presencial.

Presenciais**Virtuais****Híbridas**

E quais as principais diferenças entre as modalidades de ensino?

Os **modelos presenciais** tradicionais se viabilizam essencialmente por meio de cursos, palestras e oficinas ao vivo em escolas, empresas ou centros comunitários. Se de um lado a modalidade promove uma interação mais próxima entre participantes e facilitadores, possibilitando o esclarecimento de dúvidas em tempo real e a criação de vínculos mais fortes, de outro, há uma limitação de alcance — 48% das ações presenciais atingem no máximo 100 pessoas — e um maior custo com logística, dada a extensão do país.

Já as **iniciativas exclusivamente online** ocorrem em plataformas digitais, incluindo redes sociais, YouTube e cursos EAD. Segundo o mapeamento, 28% das ações foram exclusivamente virtuais em 2024 — mais do que o dobro dos 12% de 2017, demonstrando a relevância crescente desse modelo para disseminar conteúdos financeiros.

A vantagem mais evidente recai sobre o menor custo e o maior alcance, além da flexibilidade oferecida aos participantes. Por outro lado, a desvantagem está na falta de interatividade e de estrutura pedagógica, que pode comprometer a retenção do conhecimento. Muitas ações online são fragmentadas e não seguem um planejamento contínuo, o que reduz a profundidade do aprendizado.

Por fim, o **modelo híbrido** é apontado como uma alternativa eficaz para o crescimento do alcance da educação financeira no Brasil, especialmente em um contexto de desigualdade social e de desafios tecnológicos.

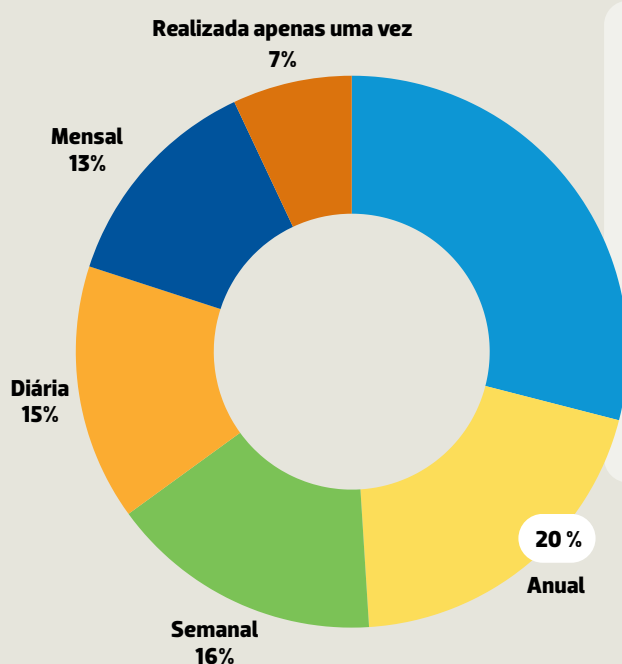
Os pontos positivos contemplam flexibilidade e acessibilidade, aprendizado personalizado e desenvolvimento de habilidades, já que a combinação de ambientes presenciais

e digitais exige que os estudantes desenvolvam competências como autonomia, gestão do tempo, pensamento crítico e colaboração.

Já os pontos que merecem atenção partem da capilaridade e do acesso. Programas eficazes precisam equilibrar presença física em comunidades e recursos digitais, possibilitando que o aprendizado aconteça de maneira contínua.

Além disso, as iniciativas do modelo híbrido precisam garantir planejamento estratégico e acompanhamento regular. O mapeamento de 2024 revela que muitas iniciativas carecem de periodicidade definida, o que pode comprometer o processo educativo e a retenção do conhecimento. Além disso, o acompanhamento regular é essencial para avaliar se os conteúdos estão sendo compreendidos e aplicados na prática.

Periodicidade das iniciativas



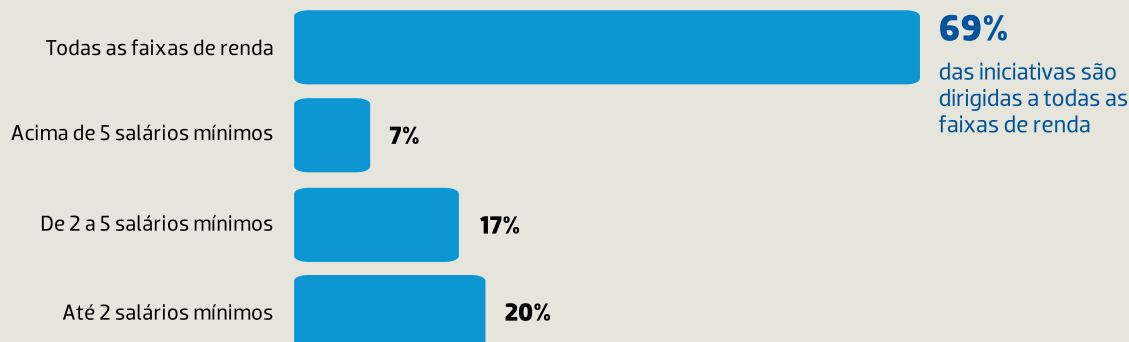
Sem periodicidade definida

29%

Uma importante parcela não possui uma periodicidade definida

Mesmo com o aumento do alcance das iniciativas, a ausência de adaptação do conteúdo para diferentes públicos, com uma abordagem genérica em grande parte dos casos, pode limitar o engajamento e a eficácia dos projetos.

Foco das iniciativas considerando a renda das pessoas participantes



Pelo mapeamento, a maioria das iniciativas ainda não possui foco de raça, de gênero ou de renda.

Perfil dos públicos-alvo das iniciativas

**94%**

Não possuem
foco racial

**89%**

Não possuem
foco de gênero

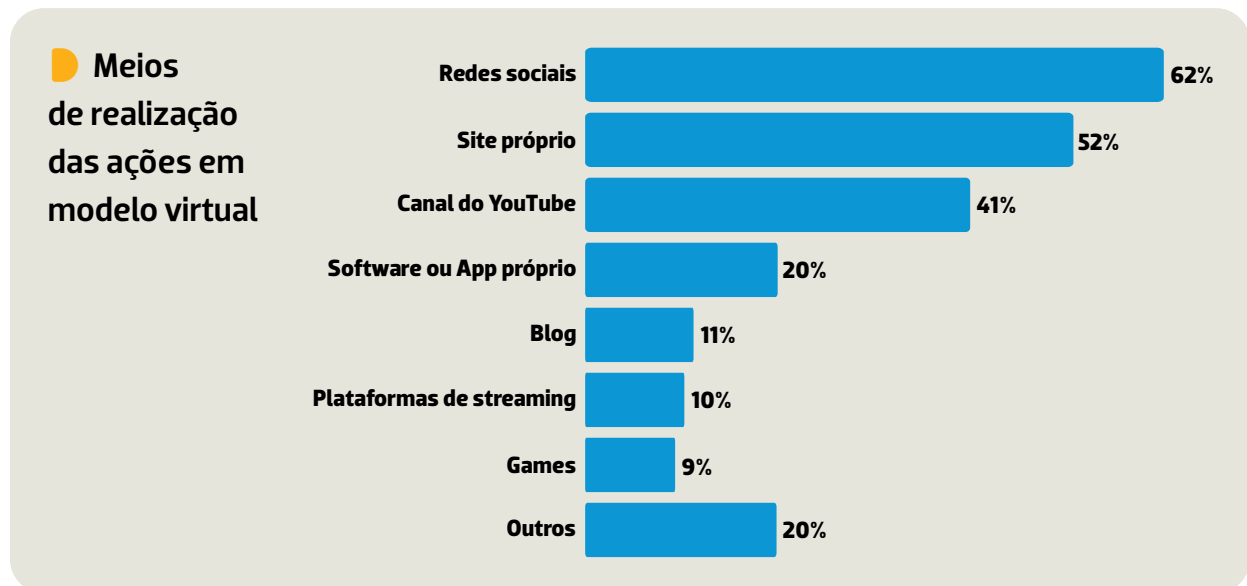
E como a segmentação dos públicos pode impulsionar o aprendizado? Um bom exemplo é o fator geracional: jovens, nativos digitais, podem ter mais facilidade com recursos interativos, como gamificação e vídeos curtos, em relação a adultos e idosos. Esse segundo grupo pode precisar de apoio diferenciado, como mentorias personalizadas focadas na gestão financeira e no planejamento familiar.

Outro ponto de atenção se refere à inclusão tecnológica e à formação de educadores. É um desafio importante garantir que todas as pessoas envolvidas no processo tenham acesso a dispositivos e internet, além de capacitação para usar ferramentas digitais de forma eficaz.

Em 78% das iniciativas, o conteúdo é elaborado nas escolas. A formação continuada de educadores e educadoras é, portanto, essencial para que dominem tanto as tecnologias quanto os conceitos financeiros, promovendo um ensino mais significativo e conectado à realidade dos estudantes.

Redes sociais como aliadas

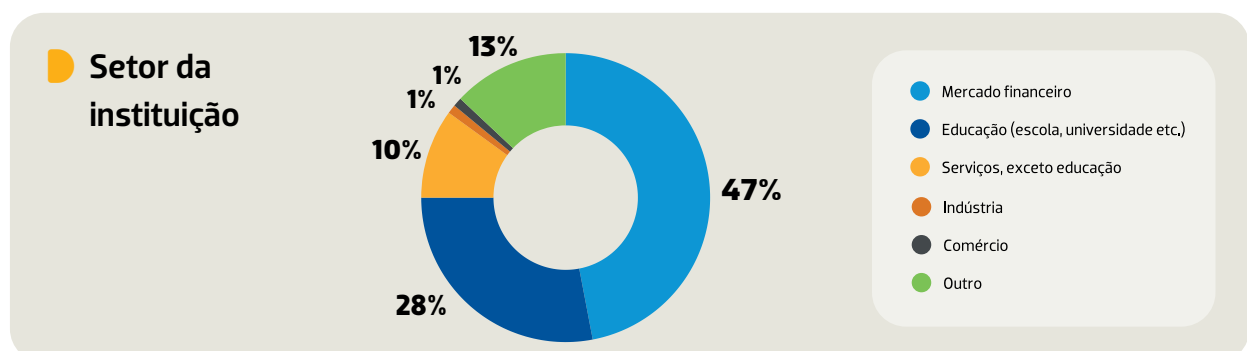
As redes sociais têm sido as principais aliadas para ajudar a potencializar o alcance das ações realizadas em formatos virtuais ou híbridos, seguidas por sites próprios e canais no YouTube.



Se por um lado as iniciativas em curso têm ajudado a promover a educação financeira em larga escala, o fato de a maioria ser voltada para o público geral, sem distinção de perfil, indica a necessidade de se avançar em relação a metodologias mais estruturadas e personalizadas, que se adaptem às diferentes realidades e estilos de aprendizagem do país.

Outro aspecto importante diz respeito à qualidade das ações. Mais da metade das iniciativas (67%) são realizadas por pessoas jurídicas, em sua maioria (63%) instituições privadas sendo 47% delas do mercado financeiro. Apenas 28% dos participantes pessoas jurídicas do mapeamento são do setor de educação.

A experiência de lidar com dinheiro não gera, por si só, o conhecimento necessário para fazê-lo de forma responsável. É necessário haver um olhar educacional intencional e consistente para que as mudanças de fato aconteçam.



O contexto da educação financeira no Brasil revela desafios complexos e uma série de oportunidades. A desigualdade social, a diversidade cultural e econômica e o baixo nível de letramento financeiro da população apontam para a necessidade urgente de programas pedagógicos eficazes.

Ao vislumbrar o futuro da educação financeira é necessário refletir sobre o que realmente importa: quem está aprendendo e como está aprendendo. O Brasil é um país de múltiplas realidades, e essa diversidade exige que as ações

educacionais sejam pensadas de forma cuidadosa, considerando diferentes métodos e expectativas de aprendizagem.

A pergunta que devemos nos fazer não é apenas qual modelo usar, mas como usá-lo de forma que gere impacto significativo. Se queremos ver uma transformação real na forma como a população brasileira lida com dinheiro, precisamos implementar propostas pedagógicas que sejam adequadas ao contexto local e que promovam a aprendizagem contínua e significativa.

Confira o artigo da Rede ANBIMA de Educação que baseou as análises deste capítulo

Educação financeira e desenho educacional: reflexões e perspectivas

O texto aborda os desafios e as oportunidades da educação financeira no Brasil, enfatizando a importância de ações adaptadas à diversidade cultural e econômica do país. O artigo indica a necessidade de se avançar em relação a metodologias mais estruturadas e personalizadas. Nesse contexto, aponta a combinação de atividades presenciais e online como alternativa promissora para alcançar um público maior e mais diverso.

Autoria:

- Fátima Teixeira
- Erica Ruiz
- Camila Feldberg
- Sarai Elizabeth Vega Molina

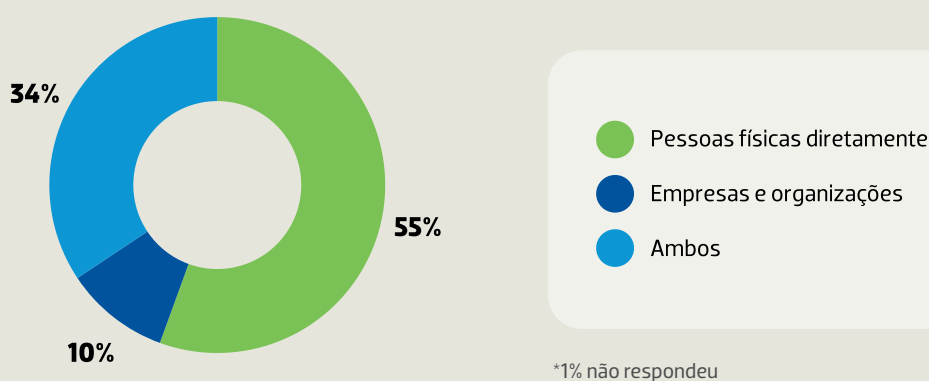
Clique para ler o artigo na íntegra a partir da página 43



Segmentar para atingir

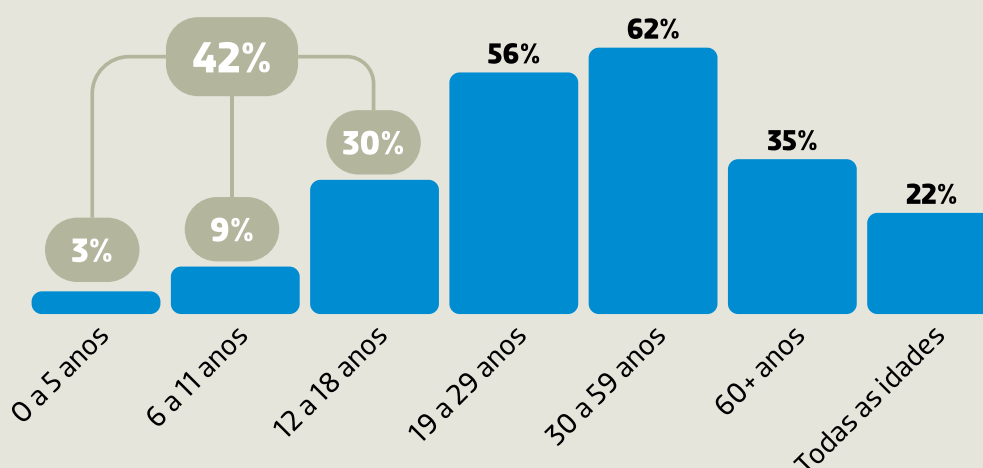
Mais da metade (55%) das iniciativas de educação financeira realizadas no Brasil é voltada diretamente às pessoas físicas. Em apenas 10% dos casos, os projetos têm foco exclusivo em empresas e organizações.

Público-alvo das iniciativas



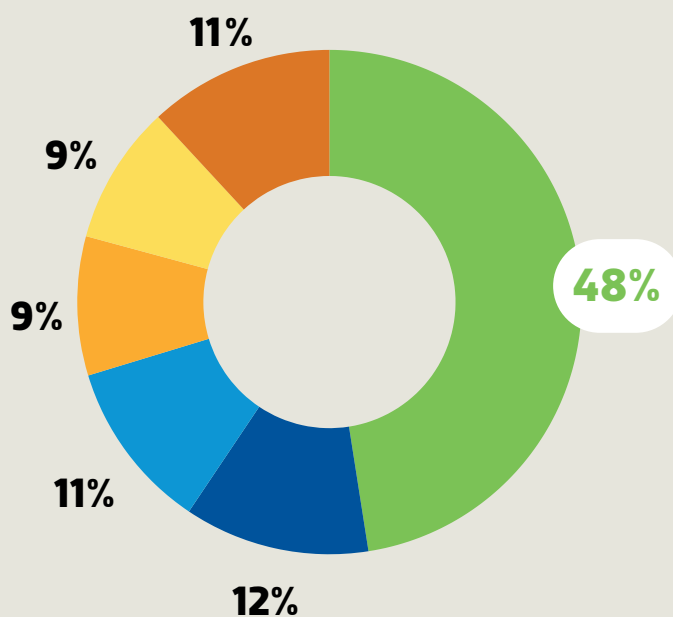
Como apontado anteriormente, entre as iniciativas centradas nas pessoas físicas, a oferta costuma ser feita sem distinções relevantes de gênero, raça ou faixa de renda. Cerca de 40% dos projetos são direcionados para crianças e adolescentes. O restante tem adultos como foco.

Faixa etária do público-alvo



A maioria das iniciativas não segmenta os públicos considerando o acesso a serviços financeiros — 48% das ações atendem a todas as pessoas, sem distinção; 23% focam no público com alto nível de acesso (quem possui conta, cartão e algum outro serviço) e intermediário (conta e cartão); e 9% dos projetos são voltados especificamente para pessoas com acesso básico (conta) e outros 9% para quem não tem acesso a serviços financeiros.

Nível de acesso a serviços financeiros dos participantes das iniciativas de educação



● **Todos, sem distinção**

● Com grande acesso a serviços financeiros (conta, cartão e algum outro serviço)

● Com acesso intermediário a serviços financeiros (conta e cartão)

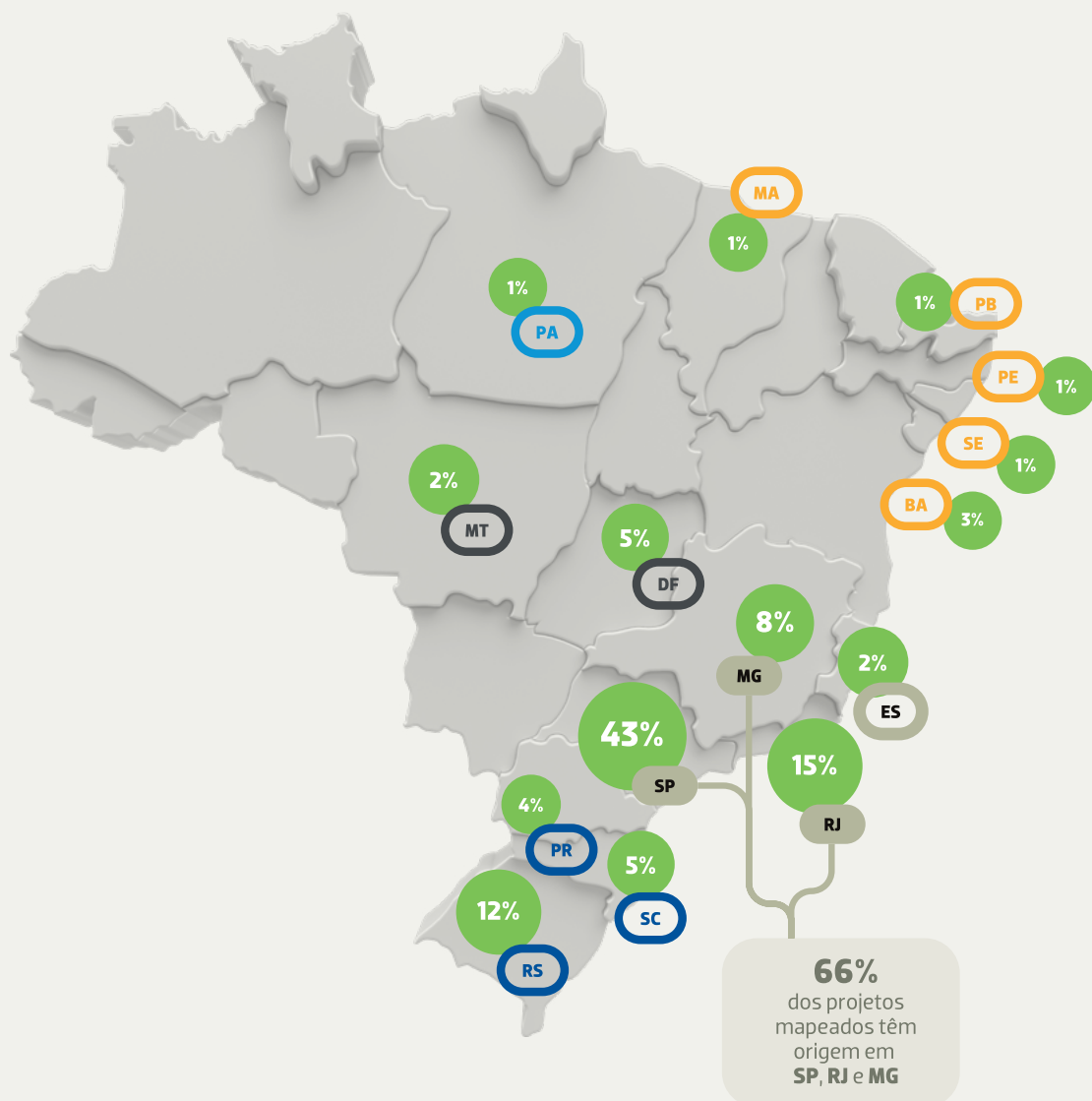
● Com acesso básico a serviços financeiros (possui conta apenas)

● Sem acesso a serviços financeiros (sem conta-corrente)

● Não sei

Já em relação à base geográfica das iniciativas, há larga predominância dos estados do Sudeste. Embora 70% das ações tenham alcance nacional, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram, juntos, 66% da origem dos projetos mapeados.

Estado de origem das iniciativas

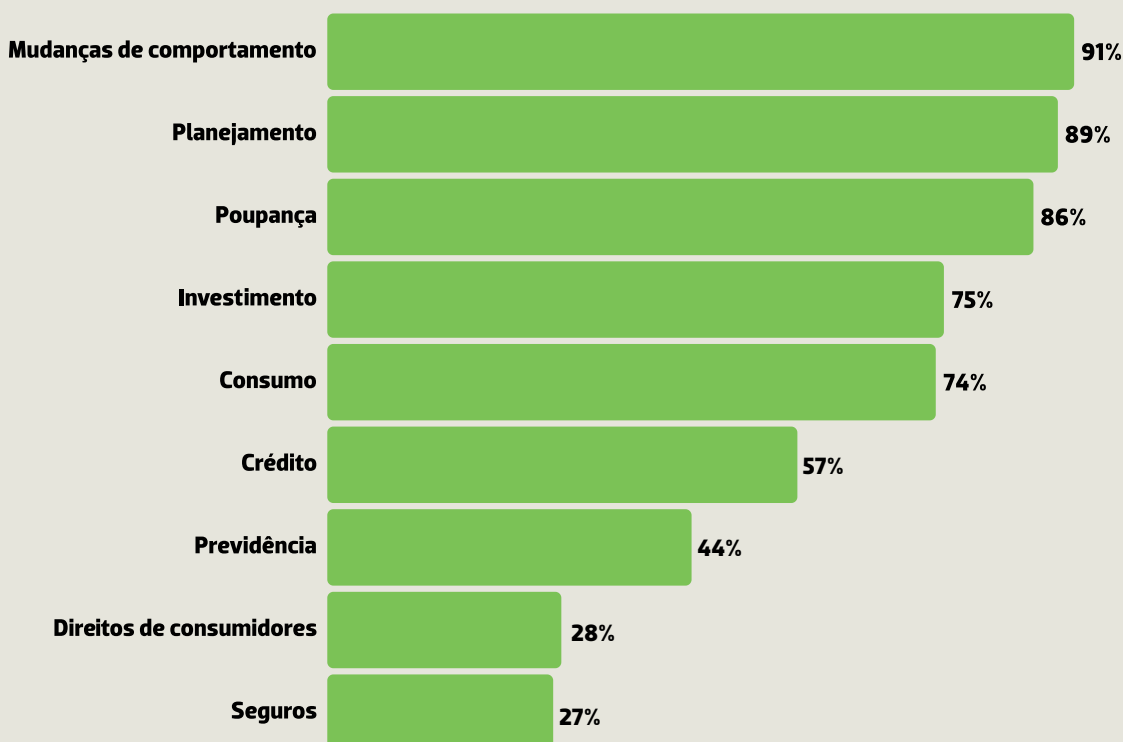


● Proporção de iniciativas

Para que seja possível impactar de fato diferentes perfis da população, é fundamental identificar quais grupos precisam de atenção especial e adaptar as iniciativas para atender a necessidades específicas.

O mapeamento mostra, por exemplo, que, em relação às temáticas dos projetos, há ênfase em planejamento financeiro, poupança e mudança de comportamento.

Temáticas das iniciativas



A análise dos dados abre portas para reflexões: como direcionar as ações para alcançar resultados mais significativos e duradouros e quais impactos são desejados? Seria possível ter impacto em larga escala?

A formulação de iniciativas de educação financeira para grupos vulneráveis da sociedade é expressa nas recomendações sobre letramento financeiro da OCDE (2024). O órgão propõe que o desenvolvimento de programas de educação financeira seja

direcionado e adaptado às necessidades de grupos populacionais específicos, como jovens adultos, mulheres, idosos, imigrantes, indivíduos de baixa renda e populações vulneráveis. Por exemplo, os programas direcionados a jovens adultos podem focar em temas como orçamento, poupança e gestão de dívidas, enquanto os programas para idosos podem abranger a prevenção contra fraudes e golpes.

Ainda segundo a OCDE (2019), programas personalizados encorajam

os participantes a terem maior engajamento e fidelidade, já que o conteúdo é definido de acordo com as necessidades. Por outro lado, ao evitar ações genéricas, pode ser mais difícil alcançar grandes públicos.

Alguns dados socioeconômicos da população brasileira, contudo, podem ajudar a encontrar situações e comportamentos que são mais comuns a cada público e, com isso, abordar temas específicos.

Confira o artigo da Rede ANBIMA de Educação que baseou as análises deste capítulo

Foco que gera resultado: como personalizar para impactar?

Este artigo produzido afirma que há uma necessidade de segmentação para que as ações de educação financeira alcancem melhor impacto. Os autores e autoras do texto levam em consideração o fato de a maioria das iniciativas atuais serem genéricas e focadas no público em geral, sem distinções significativas de gênero, raça ou nível de renda, o que limita o potencial de impacto, especialmente quando as necessidades variam entre os diferentes perfis socioeconômicos e regiões do país.



Autoria:

- Jane de Moraes Ilha
- Willyam Mayorga
- Marcelo Junqueira Ângulo
- Juliana Haruko Horita

Clique para ler o artigo na íntegra a partir da página 52



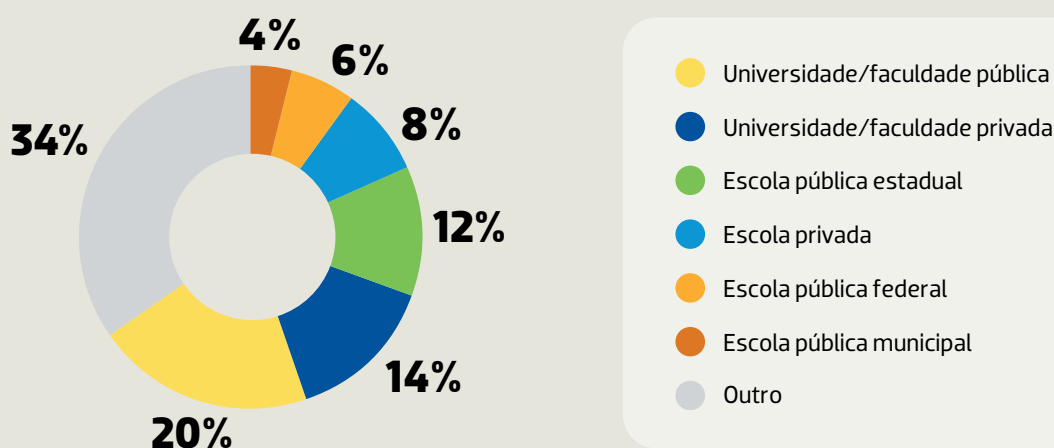
■ O papel da educação formal na construção de um aprendizado financeiro

Na educação formal, a educação financeira é incentivada por meio da abordagem transversal, conforme a BNCC. O documento federal orienta a elaboração de currículos e propostas pedagógicas para a educação básica, que consiste na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. A recomendação da BNCC é abordar a educação financeira de maneira transversal, integrando esse assunto aos temas da grade curricular de cada curso, sem a criação de disciplinas específicas.

Nessa prática, a figura do corpo docente é central, pois cabe aos professores e professoras relacionar os conceitos financeiros ao conteúdo abordado em sala de aula, de maneira apropriada e relevante.

De acordo com este retrato das iniciativas de educação financeira em 2024, entre os projetos adotados em instituições de educação, a maior parte ocorre em universidades e escolas públicas — e 41% das instituições de ensino ministram os conteúdos de educação financeira em disciplinas obrigatórias.

■ Perfil das instituições de ensino com iniciativas de educação financeira



41%

Das instituições de ensino ministram os conteúdos de educação financeira em **disciplinas obrigatórias**.

O mapeamento revela que os conteúdos são, de maneira geral (78% dos casos), elaborados pelo próprio corpo docente ou pelas escolas, ainda que muitos profissionais não tenham preparação adequada para lecionar sobre o assunto. O modelo híbrido de ensino (presencial e virtual) é o mais utilizado e as redes sociais foram os canais mais apontados para a divulgação dos projetos. Entre os temas abordados, destaque para poupança, consumo consciente e organização financeira.

Confira o artigo da Rede ANBIMA de Educação que baseou as análises deste capítulo

Educação financeira na educação formal: uma visão conceitualmente abrangente e socialmente articulada

O texto trata da intersecção da educação financeira com a educação formal. O texto assinala como a Base Nacional Comum Curricular orienta uma abordagem transversal da educação financeira, sugerindo que o tema seja integrado às disciplinas tradicionais, de modo que os professores incorporem esses conhecimentos aos conteúdos regulares. O artigo destaca a importância da capacitação docente para que essa estratégia atinja seus objetivos.

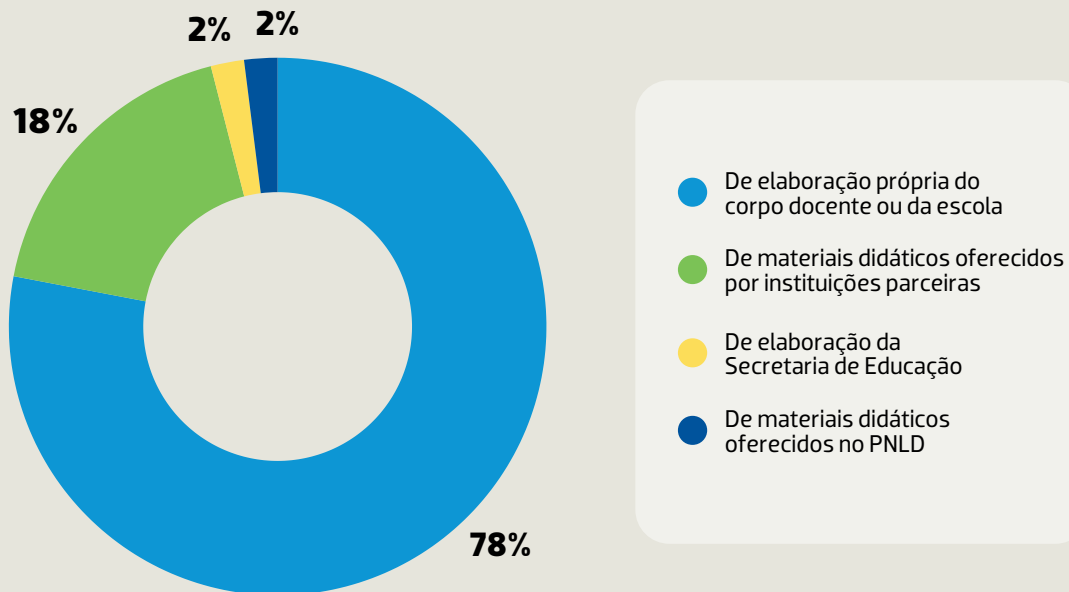


Autoria:

- Adriana Bertoldi Carreto de Castro
- Raquel Cardoso
- Julia Teixeira
- Renan de Lima Andrade

Clique para ler o artigo na íntegra a partir da página 62



Fonte de elaboração dos conteúdos de educação financeira

A finalidade da educação financeira é capacitar as pessoas no processo de tomada de decisão; alfabetizar por meio do aprendizado de cálculo de juros, do valor do dinheiro ao longo da linha do tempo, do conhecimento sobre inflação, riscos e aplicações do mercado financeiro.

O significado de educação financeira, contudo, não se limita a isso. A alfabetização financeira precisa ser acompanhada do desenvolvimento do pensamento crítico, dos valores e da responsabilidade social.

Outro fator fundamental que precisa ser abordado no contexto educacional é o comportamento humano. A psicologia econômica se dedica a entender como as emoções influenciam decisões relacio-

nadas a vender, comprar ou investir. Ao explorar essa intersecção entre psicologia e economia, é possível compreender melhor os próprios comportamentos e motivações.

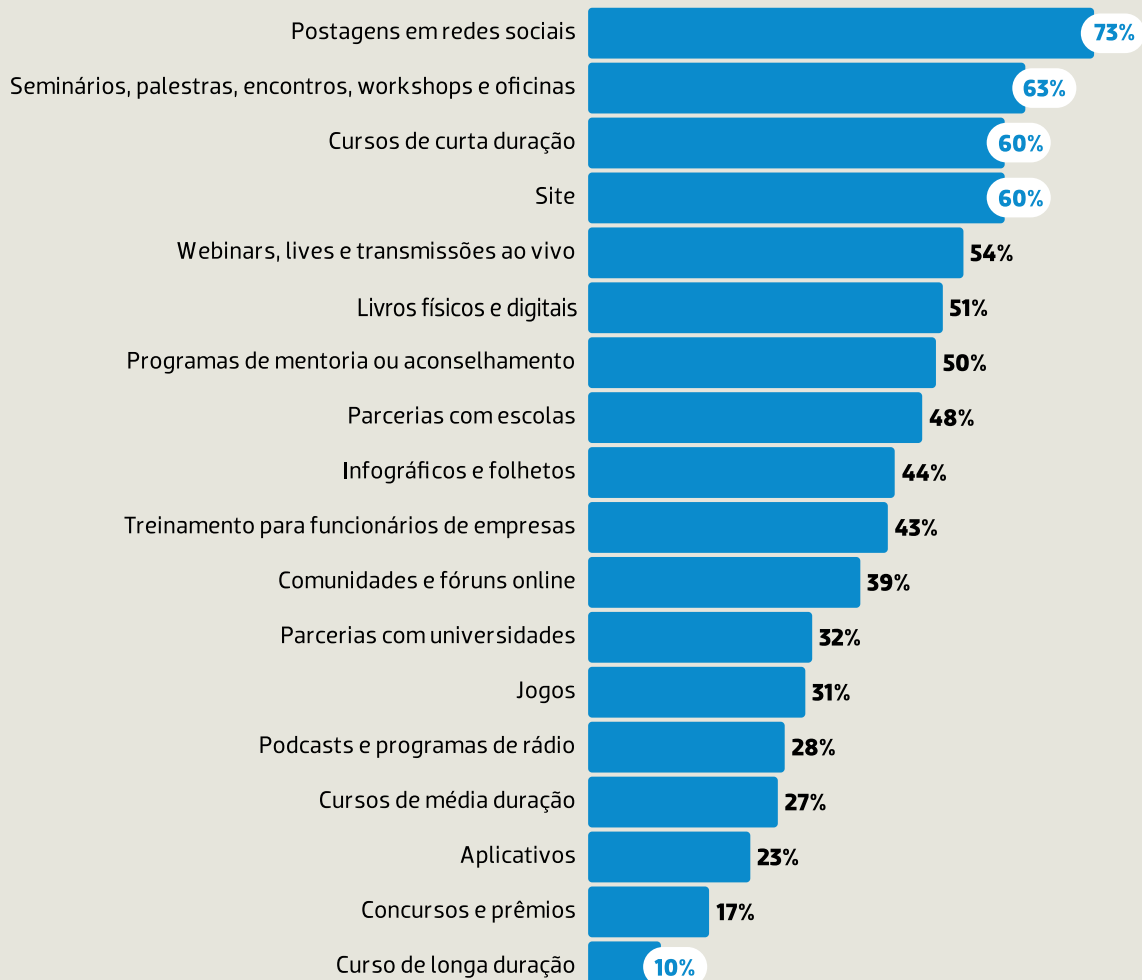
Independentemente de como a educação financeira é abordada dentro da educação formal, é essencial que haja consistência. Abordar a alfabetização econômica, o desenvolvimento de valores, o senso crítico e a responsabilidade social em conjunto com a psicologia econômica parece formar uma base sólida. Porém, sem o apoio familiar e a presença de professores capacitados e conscientes de seus papéis como educadores e formadores de opinião, não será possível melhorar o nível de conhecimento da população brasileira.

Prática *versus* teoria: um olhar sobre as reais necessidades de aprendizado na educação financeira

Qual profundidade as iniciativas de educação financeira têm conseguido alcançar ao longo do tempo?

Embora em sua maioria gratuita e com foco prioritário em temáticas de mudança de comportamento financeiro (91%), planejamento (89%) e poupança (86%), que são grandes desafios no país, as ações costumam ser promovidas majoritariamente (73%) via postagens em redes sociais e a partir de cursos de curta duração (60%) no YouTube.

Formatos utilizados pelas iniciativas



Apesar de gerarem informação, esses formatos não dão a profundidade necessária para transformar atitudes. Para gerar mudanças reais, é preciso usar modelos contínuos e práticos, como mentorias e programas de acompanhamento, que ajudem as pessoas a aplicar o que aprenderam e a desenvolver novos hábitos ao longo do tempo.

O mapeamento das iniciativas corrobora o que se sabe de outras fontes em relação ao foco temático das iniciativas: há lacunas importantes em finanças comportamentais. Embora o tema predomine nas iniciativas apresentadas, o comportamento financeiro e o viés comportamental ainda são abordados de forma genérica e pouco contextualizada.

Sem um foco específico, desconsiderando características do

público, na maior parte dos casos as iniciativas tratam de temáticas vinculadas às formas de organização financeira (orientações ou ferramentas de finanças pessoais), práticas de poupança e informações básicas de investimento. Enquanto esses temas estão presentes em mais de 90% dos programas, as orientações sobre como limpar o nome e em relação à proteção e defesa do consumidor aparecem em cerca de 40% das ações adotadas.

Temas abordados pelas iniciativas



O que se identifica ainda é um descompasso entre as ações adotadas e as necessidades reais da população de conhecimento básico e prático para lidar com o dinheiro de forma responsável. Além das dificuldades financeiras de grande parte da sociedade relacionadas a endividamento e falta de acesso a investimentos, produtos como com foco em proteção patrimonial (seguros) e planejamento (previdência privada) permanecem pouco explorados, assim como aprendizados relacionados ao empreendedorismo e à preparação para a economia informal, com noções sobre fluxo de caixa e gestão de pequenos negócios.

Entre as principais recomendações estão o foco no comportamento financeiro, com o entendimento sobre como emoções e vieses cognitivos afetam as decisões financeiras; uma educação contextualizada para que os conceitos financeiros façam sentido na vida real; a inclusão de tecnologia e inovação nas iniciativas; e o combate à desinformação, com orientações claras sobre as diferenças entre apostas e investimentos legítimos, por exemplo, destacando os riscos envolvidos e promovendo uma cultura de comportamento financeiro responsável.

A inclusão de ferramentas tecnológicas e a disseminação de conhecimento acessível e personalizado são essenciais para promover a inclusão financeira e prevenir erros comuns, como endividamento excessivo e envolvimento com jogos de aposta e de azar. Uma educação abrangente e contextualizada pode ajudar as pessoas a tomarem decisões financeiras seguras, melhorarem sua qualidade de vida e alcançarem maior bem-estar financeiro em longo prazo.

Confira o artigo da Rede ANBIMA de Educação que baseou as análises deste capítulo

O que está sendo ensinado *versus* as reais necessidades de aprendizado na educação financeira

O artigo trata da qualidade do conteúdo de educação financeira no Brasil. De acordo com o texto, embora temas como mudança de comportamento financeiro, planejamento e poupança sejam contemplados em grande parte das iniciativas, os formatos predominantes, como postagens em redes sociais e cursos de curta duração, carecem de profundidade, impondo limitações na capacidade de gerar mudanças de comportamento duradouras.

Autoria:

- Sarah Amaral Fabrício Teixeira
- Julia Gouvea
- Eduardo M. Reis Filho

Clique para ler o artigo na íntegra a partir da página 69



■ **Artigos
elaborados
pela Rede
ANBIMA de
Educação**



Empreendedores do conhecimento: o crescimento da educação financeira oferecida por pessoas físicas no Brasil

Autoria:

- Alexandre Luís dos Santos
- Jenifer Correa
- Luan Carlos Correia Soares

A educação financeira tem ganhado destaque no Brasil, especialmente em um cenário em que a consciência sobre a importância da gestão adequada das finanças pessoais se torna cada vez mais essencial. De acordo com o Mapa das iniciativas de Educação Financeira no Brasil, realizado pela ANBIMA em parceria com o Plano CDE, de setembro de 2024, um dado relevante é que a maioria das iniciativas voltadas para essa temática no país é gratuita — 84% delas não exigem qualquer tipo de pagamento para acesso. Isso demonstra uma preocupação crescente em democratizar a educação financeira, possibilitando a um maior número de pessoas aprender sobre como administrar melhor seus recursos.

Dentre essas iniciativas gratuitas, 43% são sustentadas por recursos privados, o que evidencia a colaboração de empresas e instituições que acreditam na relevância da educação financeira como ferramenta de inclusão. Por outro lado, as iniciativas pagas também apresentam um cenário significativo, no qual 88% delas dependem de recursos oriundos das suas vendas, indicando que a demanda por conhecimento financeiro pode ser um bom negócio.

Aumentando ainda mais a relevância desse tema, em 2024 observou-se um crescimento expressivo na proporção de iniciativas que atingem grandes públicos, com um alcance superior a 10 mil pessoas. Esse fenômeno pode ser relacionado ao surgimento e à popularização de influenciadores de finanças nas redes sociais, que têm contribuído para disseminar informações financeiras de forma acessível e atrativa. Nas plataformas de redes sociais, as contas do segmento de influência financeira no Brasil somaram 208 milhões de seguidores (considerando contagens duplicadas).

Além disso, 55% das iniciativas se concentram na educação de indivíduos de maneira universal, sem distinções significativas de gênero, raça ou acesso a serviços financeiros.

Com essa abordagem se pretende garantir que mais pessoas, de maneira generalista, possam se beneficiar de orientações financeiras adequadas. Somando a isso, 70% das iniciativas têm um alcance nacional, permitindo que conhecimentos essenciais sobre finanças cheguem a diversas regiões do país.

O Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira de 2024 demonstra que a educação financeira no Brasil se encontra em um momento de transformação e ampliação de oportunidades, promovendo não apenas conhecimento, mas também empoderamento financeiro para milhões de brasileiros. Expressa, ainda, o aumento da participação de pessoas físicas como realizadores das iniciativas educacionais — especialmente profissionais do ramo financeiro —, que representavam 21% do total em 2017 e atingiram a marca de 33% em 2024.

A educação financeira no Brasil: parte de um ecossistema necessário à saúde financeira da população

Historicamente, a educação financeira no Brasil foi negligenciada, resultando em sérios problemas, como endividamento, falta de poupança e despreparo para a aposentadoria (Santos, 2022).

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de setembro de 2024, aproximadamente 77,2% dos brasileiros estavam endividados, evidenciando a necessidade de educação nesse campo. Ainda, 29% relataram possuir dívidas em atraso e 12,4% reconheceram que não terão condições de pagar suas dívidas. Contudo, a falta de educação financeira não é o único fator responsável por esse cenário.

Ao analisarmos as informações por faixa de renda das famílias, é possível identificar que as que possuem renda entre 1 e 3 salários-mínimos são as mais afetadas, sendo que destas, 80,4% estão endividadas, 37,2% possuem dívidas em atraso e 18,1% não terão condições de pagar dívidas atrasadas, o que demonstra que a desigualdade de renda é um fator importante para a análise do endividamento.

Outro dado que merece atenção na avaliação do endividamento é a inflação por faixa de renda. De acordo com a carta de conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de setembro de 2024, a faixa de renda baixa é a que registra a maior alta inflacionária (3,43%) e, portanto, a que mais perde poder de compra, enquanto o segmento de renda alta aponta a taxa menos elevada (2,92%). Adicionalmente,

o cenário econômico atual com taxa de juros alta tem sido um fator de bastante relevância quando falamos sobre endividamento e inadimplência, pois dificulta não apenas o pagamento, como também a renegociação de dívidas.

A necessidade de educação financeira também fica evidenciada na pesquisa do Banco Central sobre letramento financeiro, de 2023. Essa pesquisa foi realizada com a metodologia proposta pela Rede Internacional de Educação Financeira (International Network on Financial Education – INFE), órgão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil demonstrou uma média relativamente baixa de mensuração do bem-estar financeiro, comparada com os demais países participantes do estudo. A nota do Brasil na pesquisa foi de 416 pontos, 82 pontos abaixo da média da OCDE (498). Esse resultado coloca o país na terceira pior colocação no ranking internacional, à frente apenas da Malásia e da Arábia Saudita.

Em resposta a essa situação, que não é nova, o governo brasileiro, em parceria com diversas instituições, começou, há algum tempo, a implementar programas de educação financeira, especialmente após a instituição do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010. Além disso, a crise econômica de 2014 exigiu a aceleração do ritmo das ações que começaram a ser instituídas em âmbito federal.

Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi instituída como referência para os currículos do Ensino Infantil e Fundamental pelo Ministério da Educação. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) demandou que a temática da educação financeira fosse inserida BNCC até 2020, contemplando não apenas aspectos lógico-matemáticos, mas também comportamentais, em linha com a tendência do fortalecimento das pesquisas nas áreas de psicologia econômica, das finanças comportamentais e da neuroeconomia ao redor do mundo (Ferreira, 2008). A nova BNCC foi implementada, contemplando a temática de educação financeira de forma transversal e interdisciplinar.

Em 2020, um novo decreto criou a ENEF e instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) como órgão responsável pela sua implementação no país, em substituição ao CONEF. O FBEF é formado por Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência de Seguros Privados (Susep); Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN); Ministério da Previdência Social (MPS); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon); e Ministério da Educação (MEC).

Entre as iniciativas promovidas pelo FBEF para promover a pauta da educação financeira no Brasil, está a Semana Nacional de Educação Financeira, que acontece todos os anos desde 2014. A Semana ENEF conta com a participação de diversas instituições do País, além de pessoas físicas, que promovem ações e iniciativas de educação financeira, previdenciária, securitária ou fiscal. São palestras, cursos, oficinas, campanhas de divulgação, entre outras ações gratuitas de formatos diversos.

Paralelamente, as instituições públicas também lideram suas próprias iniciativas de educação financeira. Um exemplo é o programa Aprender Valor do Banco Central, que ajuda professores, escolas e redes de ensino a levarem educação financeira a estudantes do ensino fundamental de todo o país. Outro exemplo é o Programa Educação Financeira nas Escolas, criado pelo MEC em conjunto com a CVM e o Sebrae. O objetivo é capacitar 500 mil professores em educação financeira em um período de 3 anos para que eles disseminem seus conhecimentos para 25 milhões de alunos dos ensinos fundamental e médio no mesmo período.

A Câmara Temática do CECO (Conselho Consultivo Nacional do Ramo Crédito) sobre Educação Cooperativista e Financeira é outro exemplo. São formadas por um representante de cada sistema cooperativo, um representante das cooperativas independentes, OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e fundo garantidor (FGCoop). A câmara funciona como fórum permanente de discussão e proposições de estratégias para o aprimoramento da atuação das cooperativas dentro do tema em questão.

No âmbito privado, as iniciativas de educação financeira podem ser divididas em duas grandes frentes: independentes e ligadas a interesses comerciais. No primeiro grupo, enquadram-se diversos programas gratuitos realizados por instituições como Febraban, B3 e ANBIMA, destinados a público amplo ou específico; e ações de apoio a pesquisas, a exemplo da Rede ANBIMA de Educação, que é a idealizadora deste projeto de produção colaborativa de conteúdo.

No segundo grupo de iniciativas que, mesmo gratuitas, são fundamentadas em vieses comerciais, temos, dentre outras, as iniciativas das instituições financeiras que possuem programas com divulgação de informações nos mais diversos formatos, mas principalmente no digital, como aponta o Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira, realizado pela Plano CDE e pela ANBIMA e divulgado em julho de 2024. As ações de educação financeira privadas podem ainda ser distribuídas debaixo de três grandes guarda-chuvas: áreas de sustentabilidade e responsabilidade social, como

forma de mitigação do impacto da natureza do negócio do setor financeiro; áreas de marketing e comunicação, como reforço de posicionamento de marca e estratégia de topo de funil para aquisição de novos clientes; e área de Recursos Humanos, buscando fortalecer o letramento financeiro dos próprios funcionários.

Nesse ecossistema, com tantas iniciativas públicas e privadas, uma realidade é que a educação financeira vem ganhando mais espaço no dia a dia da sociedade. Esse avanço também está relacionado ao crescimento de iniciativas individuais de pessoas físicas, em um cenário em que parte dos influenciadores passa a utilizar temas informativos, como educação financeira, como objeto para buscar ganhos financeiros (Dugnani, 2024).

No entanto, esse crescimento contempla o risco de termos educadores financeiros sem uma formação minimamente adequada. Embora o entusiasmo sobre o tema seja admirável, a falta de um embasamento técnico sólido pode resultar em orientações inadequadas e até prejudiciais para a população. A ausência desse conhecimento pode criar um ambiente propício para a propagação de informações equivocadas, podendo, a depender do nível de desinformação, desencadear problemas financeiros para os consumidores desse conteúdo.

A busca por parcerias com influenciadores digitais tem tornado o cenário ainda mais complexo. Muitos influenciadores abrangem temas de educação financeira, mas frequentemente o fazem com o viés de promover produtos de instituições financeiras, que estão dispostas a financiar tais conteúdos em troca de divulgação. Essa dinâmica pode comprometer a imparcialidade das orientações fornecidas, levando os indivíduos a escolhas influenciadas mais por interesses comerciais do que por uma análise bem fundamentada.

Como existe risco, cabe às entidades supervisoras do mercado criarem uma regulamentação para a profissão de educador financeiro no Brasil. Embora haja um reconhecimento geral da necessidade de normas que assegurem a qualificação e a responsabilidade desses profissionais, discussões em torno de um projeto de lei ainda estão em fase inicial. Assim, entidades como a ANBIMA, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Apimec, que regula os analistas de investimentos, estão se mobilizando para aumentar o profissionalismo da atividade de influenciador, promovendo a autorregulação, por meio de certificações que, em alguns casos, são obrigatórias — como é o caso do CNPI, título da Apimec, que é necessário para quem recomenda ativos e produtos financeiros.

Pelo exposto, o exercício da educação financeira deve compreender responsabilidade e ética, garantindo que as orientações tenham qualidade e realmente contribuam para o bem-estar da sociedade, além da transparência, especialmente em relação às motivações envolvidas no processo.

As pessoas físicas na educação financeira: uma reflexão

Com a democratização da internet e o aumento do acesso a plataformas digitais, muitas pessoas começaram a compartilhar seus conhecimentos em finanças de maneira informal. Em um cenário em que 73% das iniciativas utilizam postagens em redes sociais para transmissão de conteúdo (dado do Mapeamento de 2024), fica evidente a presença significativa de pessoas falando sobre o tema. Esse movimento gerou uma nova figura no mercado: o educador financeiro autônomo, que muitas vezes é um profissional não necessariamente formado na área financeira, mas que adquiriu experiência e conhecimento para orientar outros. Nessa perspectiva, é possível perceber que as principais abordagens nas iniciativas de educação financeira giram em torno de conceitos essenciais como poupança, consumo consciente, organização e planejamento, temas que são cruciais para a saúde financeira de qualquer indivíduo. Uma prova disso é que segundo dados do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira da ANBIMA de 2024, para tornar esse aprendizado mais eficiente e acessível, a utilização de ferramentas tecnológicas (77%) e materiais online (63%) tem se mostrado extremamente eficaz, permitindo que os interessados ampliem seus conhecimentos de maneira prática e inovadora. Dessa forma, a educação financeira contemporânea se configura não apenas como uma resposta às necessidades imediatas da população, mas como um verdadeiro movimento de transformação que pode impactar positivamente as decisões financeiras individuais e coletivas.

A Pesquisa Finfluence mostra o crescimento da quantidade de influenciadores: são 534 monitorados, 3,7% a mais se comparado à edição passada, e que tiveram aumento expressivo de seu engajamento (ANBIMA, 2024).

Também o número de pessoas que acompanha os influenciadores especializados em finanças e investimentos aumentou, 18,1% entre o final de junho e dezembro de 2023, somando 208 milhões de seguidores (considerando contagens duplicadas) nas plataformas de redes sociais. Em relação ao início da série histórica, que abrange o período de setembro de 2020 a fevereiro de 2021, o número total de seguidores dessas contas quase triplicou, com um crescimento de 181% (ANBIMA, 2024).

Em 2023, o Brasil chegou a um total de 9.379 planejadores financeiros certificados, conforme informações do Financial Planning Standards Board (FPSB). Este aumento de 8,7% coloca o país na quarta posição entre aqueles que mais ampliaram sua quantidade de profissionais com a certificação CFP® (Certified Financial Planner). Com números tão expressivos, o desafio, então, passa a ser como assegurar que os educadores estejam devidamente qualificados e que sigam boas práticas, para o fortalecimento desse campo no Brasil.

As causas do crescimento e os ganhos de ter mais pessoas físicas como educadores financeiros

A crise econômica que o Brasil enfrentou nos últimos anos, marcada por alta taxa de juros e inflação crescente, levou muitos cidadãos a buscarem formas de controlar suas finanças. Essa pressão econômica incentivou a busca por conhecimentos financeiros mais robustos, tanto por parte de consumidores quanto por educadores.

As redes sociais desempenharam um papel crucial na disseminação de informações financeiras. Perfis no Instagram, TikTok e YouTube estão repletos de dicas práticas, análises de produtos financeiros e orientações sobre investimentos. Embora essas plataformas ofereçam acessibilidade e imediata troca de informações, a qualidade e a veracidade dos conteúdos disponíveis devem ser analisadas. Isso porque influenciadores sem formação adequada e dicas superficiais podem levar a decisões financeiras precipitadas e mal fundamentadas.

Essa nova geração, mais conectada, se tornou adepta da educação financeira informal, mas não menos relevante. Educadores autodidatas começaram a criar comunidades online, promovendo debates e trocas de experiências que antes eram limitadas a ambientes acadêmicos ou de consultoria.

Uma das maiores vantagens da educação financeira ministrada por educadores individuais é a possibilidade de personalização. Ao contrário de cursos tradicionais que seguem um currículo rígido, os educadores financeiros podem adaptar suas aulas para atender às necessidades específicas de seus alunos, considerando fatores como renda, objetivos e perfil de risco. Também colabora para esse crescimento o fato de que influenciadores conseguem ter uma linguagem mais informal e acessível, o que faz com que a mensagem seja mais bem compreendida por seus públicos, tornando a interação mais empática (Silva, 2020).

O fortalecimento das iniciativas de educação financeira conduzidas por profissionais independentes também contribui para o desenvolvimento de uma agenda de temas e interesses com maior impacto social, indo além dos objetivos de venda de produtos de crédito e investimento pelas grandes instituições financeiras, que hoje respondem pela maior parte das iniciativas desse tipo pelo País, conforme aponta o retrato das iniciativas de educação financeira, realizado pela Plano CDE e pela ANBIMA e divulgado em julho de 2024.

Conclusão

O aumento da oferta de educação financeira por pessoas físicas no Brasil representa não apenas uma resposta às crescentes necessidades financeiras da população, mas também um reflexo de uma mudança cultural significativa. A conscientização sobre a importância do conhecimento financeiro está se espalhando rapidamente, e vem sendo promovida principalmente por influenciadores e educadores autodidatas que adotam abordagens acessíveis e personalizadas. Isso criou oportunidades para que indivíduos, independentemente de sua formação acadêmica, possam compartilhar suas experiências e conhecimentos, contribuindo para a democratização da informação financeira.

Contudo, é fundamental que tais iniciativas sejam acompanhadas por um esforço constante para garantir a qualidade do que é ensinado. A criação e aplicação de regulamentação assertiva, além de parcerias entre instituições públicas e privadas, pode ajudar no nivelamento dos conteúdos sobre a educação financeira, garantindo que as informações, mesmo as distribuídas de forma personalizada para diferentes públicos, sejam claras e confiáveis.

Assim, ao integrar iniciativas de educação financeira de diversos agentes no ecossistema, estaremos não apenas enfrentando problemáticas como o endividamento e a falta de planejamento, mas também cultivando uma sociedade mais consciente e preparada para gerir seus recursos de maneira responsável e eficiente, o que, a longo prazo, pode contribuir para um futuro financeiro mais saudável para todos os brasileiros.

Referências

ANBIMA. **Finfluence**. 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/influenciadores-de-investimentos-6.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Mensuração do letramento e da inclusão financeira**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/letramento_financeiro. Acesso em: 30 set. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução Conjunta n.º 8**, de 21 de dezembro de 2023. Dispõe sobre medidas de educação financeira a serem adotadas por instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta&numero=8>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 10.393**, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 7.397**, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Programa Educação Financeira nas Escolas. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Semana Nacional de Educação Financeira. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/semanaenef/pt-br/sobre/a-semana>. Acesso em: 30 set. 2024.

DUGNANI, P. Entretenimento e audiência: a informação como mercadoria para os influenciadores no Brasil. **Entropia**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 53–75, 2024. Disponível em: <https://entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/517>. Acesso em: 3 out. 2024.

FERREIRA, V. R. **Psicologia econômica**: como o comportamento econômico influencia nas nossas decisões. São Paulo: Elsevier, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da libertação**: conhecimento necessário. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cenário da educação financeira no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2023.

PLANEJAR. Ranking global de planejadores financeiros CFP. Disponível em: <https://planejar.org.br/ranking-global-de-planejadores-financeiros-cfp/#:~:text=O%20Financial%20Planning%20Standards%C2%AC,com%20a%20distin%C3%A7%C3%A3o%20no%20mundo>. Acesso em: 22 out. 2024.

PORTAL DO COMÉRCIO. Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC). 2024. Disponível em: https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-setembro-de-2024/. Acesso em: 21 out. 2024.

SANTOS, M. Perfil do consumidor brasileiro inadimplente. **Relatório Ipea**, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2024.

SILVA, E. D. **Análise sobre os impactos dos influenciadores digitais nos hábitos de consumo dos estudantes universitários investidores do mercado financeiro**. Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232814>. Acesso em: 21 out. 2024.

SISTEMA OCB. Conselhos e comitês. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/sistemaocb/conselhos-e-comites>. Acesso em: 3 out. 2024.

TOKARNIA, M. Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/educacao-financeira-chega-ao-ensino-infantil-e-fundamental-em-2020#:~:text=Parecer%20do%20Conselho%20Nacional%20de,acordo%20com%20a%20AEF%2DBrasil>. Acesso em: 3 out. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Influência das redes sociais na educação financeira**. São Paulo: USP, 2022.

Educação financeira e desenho educacional: reflexões e perspectivas

Autoria:

- Fatima Teixeira
- Erica Ruiz
- Camila Feldberg
- Sarai Elizabeth Vega Molina

O Brasil é um país de dimensões continentais, marcado por uma vasta diversidade cultural, social e econômica. Essa multiplicidade enriquece nossa identidade, mas também impõe desafios à formulação e implementação de políticas públicas eficazes. A pandemia de COVID-19, além de ter impactado a economia global, trouxe à tona a necessidade urgente de adaptar processos educacionais, acelerando a adoção de novas tecnologias e metodologias que promovam o aprendizado de forma remota e ativa.

No campo da educação financeira, esses desafios adquirem características específicas, devido à desigualdade social e à falta de uma cultura financeira consolidada. Embora a educação financeira tenha sido incluída recentemente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ela ainda enfrenta obstáculos significativos para ser incorporada ao cotidiano das escolas e da sociedade. Ainda é um tema distante no processo educacional formal brasileiro. Lidar com dinheiro não é trivial. As mudanças no cenário econômico, como variações na inflação e nas taxas de juros, afetam diretamente a vida das famílias e tornam essencial a compreensão de conceitos financeiros fundamentais para uma gestão eficaz dos recursos.

Atualmente, a taxa básica de juros (Selic) segue em níveis elevados, impactando tanto o custo do crédito quanto às oportunidades de investimento. As famílias de renda mais baixa são as mais vulneráveis, pois dependem de linhas de crédito com juros altos para cobrir despesas cotidianas, o que aumenta o risco de endividamento. Ao mesmo tempo, a inflação corrói o poder de compra, especialmente de itens essenciais, como alimentos e transporte, afetando desproporcionalmente essas faixas de renda.

Nesse cenário, a educação financeira desempenha um papel crucial ao oferecer ferramentas para a tomada de decisões conscientes, como poupar, investir e consumir de maneira responsável. Ensinar conceitos de planejamento financeiro desde cedo pode

ajudar as pessoas a entenderem a importância de criar reservas, buscar investimentos que protejam o poder de compra e evitar endividamentos desnecessários.

Por exemplo, o aumento das taxas de juros torna essencial entender o impacto de dívidas, como empréstimos e cartões de crédito, enquanto a inflação reforça a necessidade de diversificar investimentos e adotar estratégias que minimizem perdas no longo prazo. Assim, a educação financeira não só potencializa o bem-estar individual, como também gera benefícios sociais amplos, contribuindo para uma economia mais estável e sustentável.

Diante do atual contexto econômico brasileiro, torna-se fundamental desenvolver programas eficazes de educação financeira. A combinação de metodologias presenciais e online — conhecida como desenho educacional híbrido — se destaca como uma estratégia poderosa para promover a educação financeira em larga escala.

Segundo o retrato das iniciativas de educação financeira no Brasil, realizado pela ANBIMA em parceria com o Plano CDE, apenas 12% das ações ocorrem de forma presencial. Das virtuais ou híbridas, que são as restantes, 62% ocorrem nas redes sociais. As iniciativas são majoritariamente voltadas para o público geral (48%), sem distinção de perfil. A análise desses dados indica que existe a necessidade de avançar em relação a metodologias mais estruturadas e personalizadas, que se adaptem às diferentes realidades e estilos de aprendizagem do país. Outro dado do mapeamento mostra que 67% das iniciativas são realizadas por pessoas jurídicas, as quais, na maioria (63%), são instituições privadas e quase metade (47%) são do mercado financeiro — enquanto apenas 28% são do setor de educação.

A educação financeira da população é uma questão que vai muito além do nível individual. Tem potencial para apoiar a transformação e o desenvolvimento econômico do Brasil. Ela pode contribuir para crescimento de negócios, aumento em investimentos, circulação de recursos de forma responsável e sustentável. Mas não acontecerá de forma espontânea; é necessário um olhar educacional intencional e consistente. A experiência de lidar com dinheiro não traz, por si só, o conhecimento necessário para fazê-lo de forma responsável. É preciso aprender. É preciso educar.

Repensar a educação financeira passa por reorganizar currículos e metodologias da educação como um todo

A educação financeira deve ser integrada transversalmente no currículo escolar, como propõe a BNCC. Isso significa que temas financeiros podem ser trabalhados em disciplinas como Geografia, ao discutir desigualdade socioeconômica e consumo sustentável, ou em Biologia, ao abordar a relação entre hábitos de consumo e impacto ambiental. Essa abordagem holística visa capacitar os estudantes a aplicarem conceitos financeiros em diferentes contextos da vida cotidiana.

A escolha do desenho educacional é fundamental para a eficácia do processo de aprendizagem, fato que vem ganhando ainda mais relevância nos últimos anos. A pandemia acelerou a adoção de tecnologias que já vinham sendo incorporadas, forçando uma revisão das metodologias pedagógicas. Hoje, é fundamental um ensino que seja adaptativo, flexível e centrado no estudante, preparando-o para enfrentar incertezas e desenvolver competências socioemocionais.

Com o uso de ferramentas digitais e metodologias ativas, como o aprendizado baseado em problemas (PBL), o modelo híbrido facilita a compreensão de questões financeiras reais, como planejamento de gastos e endividamento consciente. Além disso, a aprendizagem centrada no estudante permite que ele se torne protagonista do próprio processo educativo, conectando finanças com sua realidade e tomada de decisões diárias.

Portanto, a educação financeira integrada e flexível não é apenas uma ferramenta pedagógica, mas também um instrumento de cidadania, capaz de preparar indivíduos para lidar com as incertezas do mercado, tomar decisões responsáveis e contribuir para uma sociedade economicamente sustentável.

O desenho educacional híbrido: uma possível saída à temática da educação financeira

Antes de aprofundarmos o papel do modelo híbrido na educação financeira, é importante compreender outros formatos de ensino adotados e seus respectivos impactos. O Mapeamento das Iniciativas de Educação Financeira 2024 revela uma diversidade de abordagens educacionais utilizadas no Brasil, que vão desde ações presenciais tradicionais até iniciativas exclusivamente on-line, muitas delas concentradas nas redes sociais. Cada um desses formatos tem prós e contras, os quais vamos abordar na sequência.

Modelos presenciais tradicionais podem ser entendidos como cursos, palestras e oficinas presenciais em escolas, empresas ou centros comunitários. Eles promovem uma interação mais próxima entre participantes e facilitadores, possibilitando o esclarecimento de dúvidas em tempo real e a criação de vínculos mais fortes. Os desafios estão relacionados ao alcance geográfico, que é limitado, e a logística pode ser onerosa, especialmente em um país de grandes dimensões, como o Brasil.

Como já mencionado, em 2024 apenas 12% das iniciativas mapeadas são exclusivamente presenciais. No mapeamento de 2017, esse número era de 60%. O mapeamento ainda mostra que as iniciativas presenciais têm menor alcance – quase metade delas (48%) atinge até 100 pessoas.

Iniciativas digitais exclusivamente on-line ocorrem em plataformas digitais, incluindo redes sociais, YouTube e cursos EAD. Segundo o Mapeamento, 28% das ações são exclusivamente virtuais em 2024 – mais do que o dobro em relação aos 12% de 2017, demonstrando a relevância crescente desse formato para disseminar conteúdos financeiros. Esse formato apresenta vantagens e desvantagens: o custo é menor, enquanto o alcance, maior, permitindo que milhares de pessoas tenham acesso ao conteúdo de maneira rápida e fácil. Além disso, o formato online oferece flexibilidade para que o discente estude no seu ritmo.

Entre as desvantagens, a falta de interatividade e de estrutura pedagógica pode comprometer a retenção do conhecimento. Muitas ações on-line são fragmentadas e não seguem um planejamento contínuo, o que reduz a profundidade do aprendizado. Além disso, o uso de redes sociais por "finfluencers" levanta preocupações sobre a qualidade e a confiabilidade das informações transmitidas.

O Relatório Influence, outro monitoramento realizado pela ANBIMA (2024), revela que, ao final do primeiro semestre de 2023, existiam, ao menos, 515 perfis nas redes sociais para falar sobre o tema. Pode até parecer pouco, mas, juntos, esses perfis alcançaram mais de 176 milhões de usuários das redes. Esses usuários são pessoas que, entre tantos e tantos conteúdos vibrantes, se deparam com um tipo de linguagem e formato que parece fazer sentido e vir ao encontro de suas necessidades.

Na última década, a oferta digital possibilitou o aumento escalonável e diminuição de custos para vários segmentos. E no Brasil e no mundo, a educação financeira tem contado especialmente com a ajuda de influenciadores de finanças, ou "finfluencers",

que lançam mão de diversas estratégias e modelos para ensinar sobre o tema. Em 2020, por exemplo, 73% dos brasileiros buscaram educação financeira no YouTube e redes sociais, conforme estudo da B3.

Existem diversos influenciadores digitais que se destacam por ensinar educação financeira de maneira acessível e criativa. As estratégias e modelos utilizados trouxeram uma noção de acessibilidade para todos, mesmo aqueles que não tiveram acesso à educação financeira, já que se utilizam de linguagem simplificada e direta, que auxilia no entendimento de conceitos complexos do mercado financeiro, além de diversidade de conteúdos, que pode auxiliar diferentes tipos de perfis.

Os modelos síncronos e assíncronos estão presentes tanto em iniciativas exclusivamente on-line quanto em projetos híbridos. Síncrono refere-se a eventos realizados em tempo real (como lives e webinars), enquanto assíncrono permite que o aluno acesse o conteúdo a qualquer momento (como cursos gravados e fóruns de discussão). A combinação de ambos os formatos permite maior flexibilidade. O conteúdo síncrono promove engajamento e interação, enquanto o assíncrono oferece conveniência e autonomia. No entanto, a falta de periodicidade (29% não têm periodicidade definida) e o acompanhamento inconsistente são apontados pelo Mapa como um obstáculo. Programas assíncronos, embora convenientes, podem não oferecer suporte suficiente para garantir a aplicação prática dos conceitos financeiros.

O modelo híbrido é apontado pelo Mapeamento das Iniciativas de Educação Financeira 2024 como uma alternativa eficaz para o crescimento do alcance da educação financeira no Brasil, especialmente em um contexto de desigualdade social e desafios tecnológicos. A combinação de metodologias presenciais e digitais também oferece flexibilidade para que diferentes perfis de público possam aprender de acordo com suas necessidades. Seguem algumas vantagens do modelo híbrido:

Flexibilidade e acessibilidade: O ensino híbrido permite que os alunos escolham quando e como aprender, o que é particularmente importante para estudantes que têm compromissos profissionais ou responsabilidades familiares. Segundo um estudo da Babson Survey Research Group (2022), cerca de 73% dos estudantes de programas híbridos afirmaram que a flexibilidade proporcionada pelo formato foi crucial para sua permanência no curso.

Aprendizado personalizado: As plataformas digitais oferecem a possibilidade de adaptação do ritmo e do conteúdo de acordo com as necessidades de cada aluno. O uso de inteligência artificial para recomendar conteúdos personalizados é um exemplo de como o modelo híbrido pode adaptar-se às necessidades individuais, melhorando os resultados de aprendizagem.

Desenvolvimento de habilidades do século XXI: A combinação de ambientes presenciais e digitais exige que os estudantes desenvolvam competências como autonomia, gestão do tempo, pensamento crítico e colaboração, habilidades essenciais no contexto atual do mercado de trabalho.

No entanto, a eficácia plena desse modelo depende da superação de obstáculos críticos, como capilaridade e acesso, planejamento estratégico e inclusão tecnológica.

Capilaridade e acesso: para que as iniciativas híbridas de educação financeira atinjam seu potencial, é fundamental que elas tenham capilaridade — ou seja, uma distribuição ampla e consistente em todo o território nacional. Regiões remotas e periferias urbanas ainda enfrentam dificuldades de acesso à internet de qualidade e falta de dispositivos digitais, limitando o impacto de ações exclusivamente online. Portanto, programas eficazes precisam equilibrar presença física em comunidades e recursos digitais, garantindo que o aprendizado aconteça de maneira contínua.

Planejamento estratégico e acompanhamento regular: o mapeamento 2024 revela que muitas iniciativas carecem de periodicidade definida, o que pode comprometer o processo educativo e a retenção do conhecimento. Programas recorrentes e estruturados são necessários para desenvolver competências financeiras de maneira sustentável. Além disso, o acompanhamento regular é essencial para avaliar se os conteúdos estão sendo compreendidos e aplicados na prática. Ferramentas digitais, como plataformas de aprendizado, podem ajudar a monitorar o progresso dos participantes, mas isso exige um planejamento cuidadoso e indicadores claros de impacto.

Adaptação de conteúdo para públicos diversos: o mapeamento também destaca que a maioria das iniciativas não é adaptada para as necessidades de diferentes grupos sociais: 94% não possuem foco racial, 89% não possuem foco de gênero e 69% são voltadas para todas as faixas de renda. Uma abordagem genérica pode limitar o engajamento e a eficácia das iniciativas. Por exemplo, enquanto jovens podem se beneficiar de recursos mais interativos, como gamificação e vídeos curtos, adultos endividados podem precisar de mentorias personalizadas focadas na gestão de dívidas e no planejamento familiar. O modelo híbrido permite essa flexibilidade, mas exige curadoria adequada dos conteúdos e metodologias.

Inclusão tecnológica e formação de educadores: outro desafio importante é garantir que a inclusão tecnológica alcance todos os envolvidos no processo, desde alunos até educadores. Isso envolve não apenas fornecer acesso a dispositivos e internet, mas também capacitar professores para usar ferramentas digitais de forma eficaz. Destaca-se que, em 78% das iniciativas, o conteúdo é elaborado pelos próprios professores e escolas. A formação continuada dos educadores é, portanto, essencial para que eles dominem tanto as tecnologias quanto os conceitos financeiros, promovendo um ensino mais significativo e conectado à realidade dos alunos.

Considerações finais: o futuro da educação financeira no Brasil e o papel do desenho educacional

O contexto da educação financeira no Brasil revela desafios complexos e uma série de oportunidades. A desigualdade social, a diversidade cultural e econômica e o baixo nível de letramento financeiro da população apontam para a necessidade urgente de programas pedagógicos eficazes. O Mapa das Iniciativas de Educação Financeira 2024, realizado pela ANBIMA em parceria com o Plano CDE, mostrou que a maioria das ações ocorre em plataformas digitais, principalmente nas redes sociais, e que muitas dessas iniciativas são esporádicas, carecendo de periodicidade e direcionamento específico para diferentes perfis de público. Essas limitações reforçam a importância de modelos educacionais mais estruturados, capazes de adaptar-se às necessidades dos aprendizes e promover um impacto real.

Diante disso, o desenho educacional híbrido desponta como uma solução promissora, ao combinar a profundidade dos encontros presenciais com a flexibilidade e o alcance das plataformas digitais. No entanto, o sucesso desse modelo exige mais do que tecnologia e acesso. Ele requer planejamento estratégico, formação continuada dos educadores e uma abordagem pedagógica centrada no estudante, capaz de conectar o conteúdo com a realidade de cada indivíduo. (Para conhecer um modelo exitoso de desenho educacional híbrido, leia sobre a Minerva University, ao final deste artigo).

Ao olharmos para o futuro da educação financeira, precisamos refletir sobre o que realmente importa: quem está aprendendo e como está aprendendo. O Brasil é um país de múltiplas realidades, e essa diversidade exige que as ações educacionais sejam pensadas de forma cuidadosa, considerando diferentes métodos e expectativas de aprendizagem.

Algumas reflexões fundamentais:

Como garantir que ações digitais promovam aprendizado efetivo?

A popularidade das redes sociais pode ser uma oportunidade, mas será que dicas rápidas e conteúdos fragmentados conseguem formar cidadãos financeiramente responsáveis? Como equilibrar o alcance massivo com a profundidade necessária para que os conceitos financeiros sejam realmente compreendidos e aplicados?

Quais são os formatos mais adequados para cada público?

A educação financeira deve ser adaptada às diferentes etapas da vida e realidades econômicas. O que funciona para um jovem em início de carreira pode não ser eficaz para um adulto endividado ou um aposentado. Assim, é fundamental pensar em metodologias específicas que dialoguem com as necessidades de cada grupo.

Como medir o impacto das iniciativas?

O que podemos esperar de um artigo publicado no site de uma empresa? Ou de uma mentoria oferecida por voluntários? Precisamos desenvolver indicadores de impacto claros para avaliar se essas ações estão realmente contribuindo para uma mudança no comportamento financeiro da população.

Como formar educadores para atuar nesse novo contexto?

A capacitação dos professores é essencial para que o ensino de educação financeira seja efetivo. Eles não só precisam dominar os conceitos financeiros, mas também devem saber utilizar ferramentas tecnológicas e aplicar metodologias ativas que engajem os alunos.

Educação financeira transformadora

O futuro da educação financeira passa, portanto, por um planejamento pedagógico que reconheça e respeite as diferentes realidades brasileiras. Precisamos de propostas que sejam inclusivas, adaptativas e recorrentes, para garantir que os indivíduos não apenas aprendam a lidar com seus recursos financeiros, mas também se tornem protagonistas de sua própria educação.

A pergunta que devemos nos fazer não é apenas qual modelo usar, mas como usá-lo de forma que gere impacto significativo. Se queremos ver uma transformação real na forma como a população brasileira lida com dinheiro, precisamos implementar propostas pedagógicas que sejam adequadas ao contexto local e que promovam a aprendizagem contínua e significativa.

Referências

ANBIMA. **Finfluence**: quem fala de investimentos nas redes sociais. 5. ed. 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/influenciadores-de-investimentos-5.htm Acesso em: 18 nov. 2024.

BABSON SURVEY RESEARCH GROUP. **Online Report Card**: tracking online education in the United States, 2016. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED572777>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Potencial de novas tecnologias para educação financeira**. Fórum de Cidadania Financeira, 2023.

Anexo

Minerva University: um caso de sucesso em inovação educacional híbrida

A **Minerva University** é um dos casos de maior destaque na implementação do ensino híbrido em escala global. Fundada em 2012, a instituição se propõe a reimaginar o ensino superior, utilizando uma combinação de aprendizado ativo, uma plataforma digital avançada e experiências globais imersivas.

Na Minerva, os alunos têm a oportunidade de estudar em até sete cidades ao redor do mundo durante o curso, incluindo São Francisco, Berlim, Buenos Aires, Seul e Mumbai. O currículo é ministrado inteiramente online, mas os alunos vivem e interagem presencialmente em cada uma dessas cidades, o que proporciona uma experiência de aprendizagem global única.

A metodologia da Minerva é baseada em aprendizado ativo, na qual a sala de aula virtual é altamente interativa. Ao invés de palestras longas e tradicionais, o aprendizado é baseado em discussões, resolução de problemas e trabalho em grupo. As sessões ao vivo ocorrem por meio da plataforma *Forum*, uma tecnologia desenvolvida pela própria universidade, que permite que os alunos participem ativamente, respondendo perguntas e colaborando em atividades em tempo real.

Estatísticas mostram a eficácia do modelo Minerva. De acordo com dados publicados pela própria instituição em 2023, 85% dos alunos demonstraram uma melhora significativa nas habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas durante o primeiro ano do curso, em comparação com estudantes de universidades tradicionais. Além disso, a taxa de satisfação dos alunos supera 90%, com os estudantes destacando a interação global e a possibilidade de aplicar teorias aprendidas diretamente nas comunidades locais como fatores diferenciadores.

Referência

BARSHAY, J. Minerva aims to be an online Ivy League University. **Time**, 23 abr. 2023. Disponível em: <https://nation.time.com/2013/04/23/minerva-aims-to-be-an-online-ivy-league-university>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Foco que gera resultado: como personalizar para impactar?

Autoria:

- Jane de Moraes Ilha
- Willyam Mayorga
- Marcelo Junqueira Ângulo
- Juliana Haruko Horita



A educação financeira é uma importante aliada na tomada de decisões financeiras conscientes e equilibradas. A partir do resultado do retrato das iniciativas de educação financeira no Brasil, de 2024, realizado pela ANBIMA em parceria com o Plano CDE, é possível conhecer as características de projetos e iniciativas de educação financeira no Brasil.

O mapeamento é importante para identificar lacunas nas iniciativas de educação financeira existentes e traçar diretrizes para projetos futuros. O objetivo geral é orientar as iniciativas de educação financeira a partir dos dados coletados, promovendo uma análise crítica quanto ao que é ofertado para a população.

A partir da perspectiva de "quem atende a todos acaba não atendendo ninguém", este texto trata da segmentação das ações de educação financeira reportadas no mapeamento.

Mapemento das iniciativas de educação financeira no Brasil: um olhar sobre a segmentação das ações

Entre as iniciativas que focam indivíduos diretamente, a oferta é feita sem distinções relevantes de gênero, raça ou grau de acesso a serviços financeiros.

Em relação ao acesso a instrumentos financeiros, a pesquisa revela que as iniciativas são geralmente sem segmentação – 48% atendem a todos, sem distinção; 23% focam em público com alto nível de acesso (conta, cartão e algum outro serviço) e intermediário (conta e cartão); e 18% das ações para o público com acesso básico (conta) e sem acesso a serviços financeiros.

Nota-se também que 94% das iniciativas não possuem foco racial e 89% não possuem

foco de gênero. Em termos de nível de renda, 69% das iniciativas atingem todas as faixas sem distinção.

Outro dado relevante é que, embora 70% das iniciativas tenham alcance nacional, a maioria se origina no Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram 66% da origem das iniciativas mapeadas. Em relação aos temas, há ênfase em planejamento financeiro, poupança e mudança de comportamento.

A presença majoritária de iniciativas genéricas e gratuitas (74% não tem custo para quem acessa) permite uma associação com a democratização da educação financeira e a multiplicação de ações em meio digital. Porém, essa abordagem pode não trazer os impactos desejados.

Ao observar e reconhecer as lacunas de segmentação e os desafios encontrados, este texto destaca a importância de uma educação financeira mais direcionada e eficaz. Se quisermos impactar diferentes perfis de brasileiros, é fundamental identificar quais grupos precisam de atenção especial e adaptar as iniciativas para atender a necessidades específicas. A análise dos dados do retrato das iniciativas de educação financeira 2024 abre portas para uma reflexão crítica: como podemos direcionar nossas ações para alcançar resultados mais significativos e duradouros e quais impactos queremos? Seria possível ter impacto em larga escala? A seguir, detalharemos essas questões.

Qual impacto queremos?

Um aspecto crucial que pode comprometer o impacto das ações educacionais é a falta de especificidade em relação ao público-alvo. Muitas iniciativas, conforme reportado pelo mapeamento, abordam a educação financeira de forma generalista, sem considerar as diferentes necessidades (como gênero e acesso a instrumentos financeiros), contextos sociais e econômicos. Embora seja importante que o maior e amplo número de pessoas tenha acesso a esses programas, Haslem (2014) ressalta que as iniciativas de educação financeira devem direcionar seus esforços a grupos específicos, levando em consideração fatores sociais e econômicos que influenciam suas realidades. Nesse sentido, um programa voltado para a promoção da educação financeira precisa identificar e priorizar esses grupos, garantindo que as ações sejam eficazes e atinjam quem mais necessita.

A formulação de iniciativas de educação financeira para grupos vulneráveis da

sociedade é expressa nas recomendações sobre letramento financeiro do Conselho da OCDE (2020). A OCDE (2024a) propõe que o desenvolvimento de programas de educação financeira seja direcionado e adaptado às necessidades de grupos populacionais específicos, como jovens adultos, mulheres, idosos, imigrantes, indivíduos de baixa renda e populações vulneráveis. Por exemplo, os programas direcionados a jovens adultos podem centrar-se em temas como orçamento, poupança e gestão de dívidas, enquanto os programas para idosos podem abranger a prevenção contra fraudes e golpes.

Ainda segundo a OCDE (2019), programas personalizados encorajam os participantes a terem maior engajamento e fidelidade, já que o conteúdo é definido de acordo com as necessidades. Os programas precisam ser desenhados em correspondência ao que as pessoas realmente fazem na vida real e a educação precisa ser levada no "momento de aprendizagem", ou seja, momentos propícios para a aprendizagem durante a vida – por exemplo, primeiro emprego, compra de uma casa, casamento, nascimento de filhos (OECD, 2024). Os programas de educação financeira devem ser desenhados não somente para atender às necessidades de conteúdo do público pretendido, mas também a forma de entrega e a linguagem.

Dados e pesquisas são importantes na formulação de iniciativas, pois ajudam a entender quais são as necessidades específicas de determinados grupos. No caso de mulheres, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo Banco Central e Fundo Garantidor de Créditos (2023) revela que as mulheres possuem menor letramento financeiro do que homens. O letramento financeiro é composto por três dimensões: conhecimento, atitudes e comportamento. As mulheres possuem menor nota tanto no conhecimento quanto no comportamento financeiro. Além disso, também possuem menor bem-estar financeiro, menor resiliência financeira, sofrem mais com preocupações financeiras e estão menos satisfeitas em diversos aspectos de sua vida financeira. Por outro lado, mulheres possuem alguns comportamentos mais cautelosos do que homens, como não confiar em redes WI-FI públicas e serem menos vítimas de golpes e fraudes. Todos esses dados apontam para benefícios de se personalizar as ações de educação financeira de acordo com o gênero.

Definir o impacto esperado das iniciativas é um aspecto importante ao elaborar o objetivo do programa, o que é diferente de criar uma solução educacional a partir do que se deseja ensinar. Um exemplo exitoso é o programa Futuro na Mão, para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, desenvolvido no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira, a ENEF, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento

Social (MDS). O objetivo era levar conhecimento sobre gestão de finanças pessoais para as famílias participantes do Programa Bolsa Família (PBF). O desafio do programa era ensinar as mulheres beneficiárias do PBF a utilizar melhor seus recursos limitados e a poupar, mudando comportamentos de fato. A partir desse objetivo, o programa configurou os esforços necessários para conhecer a realidade do público, com consultores fazendo uma imersão no cotidiano das mulheres e vivenciando o dia a dia delas, dividindo a casa e compartilhando as atividades. Essa imersão resultou em um protótipo e foi fundamental para desenhar um programa adaptado às necessidades do público-alvo.

O programa contou com a criação de recursos didáticos de planejamento doméstico, com kits entregues às mulheres, construídos de forma que mesmo as que não sabiam ler e escrever conseguiam fazer um planejamento das suas finanças. O resultado foi um aumento de 61% para 69% de mulheres que passaram a conseguir arcar com alguma emergência; além disso, o valor médio poupado em um período de três meses passou de R\$ 14,30 para R\$ 62,90 em três meses, representando uma alta de 234%.

Segmentação e alcance: é possível conciliar

A tentativa de evitar ações genéricas pode também gerar algumas consequências, como a dificuldade de escalar as ações para grandes públicos ou a impossibilidade de atender ao público por esbarrar em aspectos muito sensíveis e individualizados de cada pessoa. O programa Aprender Valor, do Banco Central, é outro exemplo de iniciativa com impacto positivo focada em um público-alvo específico e com grande alcance. O programa tem como objetivo apoiar escolas e Secretarias de Educação no desenvolvimento da educação financeira de forma transversal, alinhada às diretrizes da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). O programa surgiu em 2020 com um público-alvo bem delimitado: estudantes de escolas da rede pública de Ensino Fundamental do país, compreendendo crianças e jovens de 6 a 14 anos. Além disso, o programa também visa formar profissionais da educação, como professores e gestores escolares, munindo-os de conhecimento e ferramentas necessárias para aplicarem o programa e para melhorarem o seu próprio bem-estar financeiro. A definição do público-alvo do programa partiu de alguns diagnósticos, como a inclusão do tema educação financeira na BNCC e diversos dados apontando para a necessidade de investir na educação financeira em escolas. Com base nessas informações, e alinhando-se à recomendação da OCDE (2005) de que o ensino da educação financeira nas escolas deve ocorrer o mais cedo possível, foi definido o público-alvo do programa.

Apesar de ser um público específico, vale notar que o desafio permanece enorme, já que é um programa de abrangência nacional, em um país de dimensão continental, com particularidades regionais e culturais. São nada menos do que 21,4 milhões de estudantes e 1,4 milhão de professores a serem alcançados (INEP, 2023), o que é bastante ambicioso. Em 2023, o Aprender Valor alcançou a marca de 22 mil escolas participantes, nas quais estão matriculados 5,6 milhões de estudantes, em mais de 3 mil municípios, em todas as unidades da federação (Relatório integrado de gestão, Banco Central, 2023). A realização de análises de impacto é, em regra, bastante custosa. Porém, para o Aprender Valor, coletar e explorar esses dados foi essencial para compreender as necessidades e desafios do programa. No Relatório de Economia Bancária (Banco Central, 2023), a instituição detalha que a avaliação de impacto permitiu entender o quão importante é investir no aumento do engajamento do público-alvo para se obter efetividade. Extrapolando para outras iniciativas, isso representa um desafio para todos os atores que se propõem a levar educação financeira para a população brasileira.

Alguns dados socioeconômicos da população brasileira podem ajudar a encontrar situações e comportamentos que são mais comuns ao público, e com isso abordar temas específicos para públicos diversos. O mapeamento apontou que muitos dos conteúdos focam em ensinar a poupar, conhecimento importante para garantir o bem-estar financeiro individual. Mas o brasileiro não sabe poupar ou não consegue?

A população de baixa renda frequentemente passa por um contexto de incerteza, imprevisibilidade de renda, instabilidade, insegurança e vulnerabilidade, com orçamentos expressivamente apertados, que tornam estressantes as decisões com relação ao dinheiro. Em uma situação extrema, no chamado "túnel da escassez", a crítica e recorrente falta de recursos culmina em um estado no qual a mente opera de maneira comprometida, e as decisões financeiras não são otimizadas. Uma vez que as ações de educação financeira levem essas particularidades em conta, podem potencializar ações como a oferta de produtos e serviços financeiros adequados (micropoupança, microcrédito, microprevidência) e auxílios governamentais.

Ao considerar aspectos regionais, os dados do mapeamento mostram que poucas ações partem de municípios e estados, e a maioria é produzida pela região Sudeste e busca atender a todo o território nacional. Ou seja, a região Sudeste cria iniciativas educacionais para todo o Brasil. Como fica o aspecto cultural sobre a temática?

Aqui entra uma questão sobre como conciliar a necessidade de investimento mais elevado que uma diversificação desse tipo demandaria, ainda mais diante do fato de que a maioria das iniciativas são gratuitas. O uso da tecnologia pode favorecer o acesso escalável e individualizado, mas pode ficar devendo o apoio à aplicação do aprendizado.

Um exemplo de iniciativa que tem caráter nacional, de grande escala e que parte de informações mais individualizadas é a plataforma Meu Bolso em Dia, da Febraban. A plataforma procura oferecer ao público ações customizadas. Ao iniciar o uso da plataforma, os usuários respondem ao questionário do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) e indicam quais seus objetivos financeiros (por exemplo, limpar o nome, iniciar uma reserva financeira ou comprar uma casa). A partir do resultado do Índice – que classifica o usuário em uma de 7 categorias de saúde financeira (Ótima, Muito boa, Boa, OK, Baixa, Muito baixa e Ruim) – e dos objetivos selecionados, a plataforma apresenta uma trilha de conteúdos voltada àquele usuário. A personalização de ações de educação financeira por meio do I-SFB é uma alternativa à segmentação por idade ou renda, por exemplo, uma vez que a pesquisa nacional de saúde financeira do brasileiro indica que há pessoas com todos os perfis de saúde financeira nas diferentes faixas de renda. O perfil do público que acessa a plataforma é atualizado em tempo real e, em 11 de outubro de 2024, 60% dos 227 mil usuários cadastrados na plataforma estão nos três níveis mais baixos de saúde financeira.

Podemos considerar que vale dizer "sim" para a elaboração de iniciativas que façam sentido para o público que irá recebê-las e para quem irá elaborá-las. Por exemplo, universidades terão mais impacto em suas iniciativas se focarem no público já conhecido por elas, como estudantes, docentes e funcionários terceirizados, mas levando em consideração dados que expressem a real necessidade desse público, analisando criticamente como abordar os temas relevantes da educação financeira, como consumo e poupança.

A importância dos dados para desenhar ações de educação financeira

Implementar uma estrutura orientada a dados pode ser desafiador por exigir tecnologia e qualificação, que nem todos os formuladores de iniciativas educacionais terão alcance para realizar. Mas pesquisas como o Mapeamento das Iniciativas de Educação Financeira 2024, realizado pela ANBIMA com o Plano CDE, oferecem informações para a criação de iniciativas de impacto.

O caminho, portanto, é analisar essas fontes criticamente, conectando informações para tomar as melhores decisões. Além do mapeamento, podem ser referência também:

As recomendações da OCDE, como citadas neste texto, por reunir uma série de orientações para elaboração de iniciativas de educação financeira de alcance nacional.

O Banco Central, órgão regulador do sistema financeiro, que, entre outras frentes, busca garantir que as instituições financeiras ofereçam medidas de educação financeira a clientes e empresários individuais. O órgão também promove a cidadania financeira por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira, a ENEF, juntamente com outras instituições públicas.

IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a principal agência estatística do Brasil, responsável por produzir e divulgar dados sobre a população, inflação, PIB, desemprego, indústria, comércio, serviços e outros temas. O órgão fornece uma série de dados, mas também inúmeras publicações, textos para discussão e artigos fornecendo um amplo repertório para interpretação e análise de contextos diversos.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que produz evidências científicas para apoiar políticas públicas no Brasil e conta com o portal IPEA Data, que fornece dados econômicos, demográficos e geográficos para estados, municípios, regiões administrativas e bacias hidrográficas brasileiras e com vasto conteúdo de artigos e publicações. Por meio de uma breve pesquisa no site por educação financeira, retornam mais de 250 conteúdos publicados relacionados ao tema, tanto sobre o contexto brasileiro quanto sobre outros países.

Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), criado e mantido pelo movimento sindical brasileiro, tem o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiem as demandas dos trabalhadores. Ele realiza pesquisas que disponibilizam informações sobre salários, custo de vida, mercado de trabalho, perfis de categorias profissionais e de setores, greves, perfil socioeconômico dos trabalhadores, acordos e convenções coletivas, entre outros. Pesquisas como Índice do Custo de Vida de São Paulo e Pesquisa de Emprego e Desemprego são regulares desde 1959 e 1985, respectivamente.

Portanto, conectar as ações de educação financeira a uma base de dados robusta é um movimento estratégico que pode potencializar o impacto positivo dessas iniciativas.

Conclusão: para desenhar iniciativas de impacto, não necessariamente é necessário coletar novos dados

Neste texto, buscou-se jogar luz em um tema tão relevante, a fim de apoiar e estimular os formuladores de políticas e educadores a adotarem uma postura ativa crítica e reflexiva diante das informações disponíveis, especialmente aquelas que fornecem insumos para essas iniciativas. Com tantas oportunidades surgindo todos os dias e uma grande variedade de públicos a atender, as decisões sobre onde e como atuar são táticas e desafiadoras.

Ao optar por uma abordagem que busque atender a todos, sem priorização ou segmentação, a efetividade pode cair e levar a uma aplicação de recursos pouco eficaz. Daí a importância de respeitar o know-how dos formuladores, que conhecem com profundidade as necessidades de seus públicos e podem, com o apoio de dados confiáveis, desenvolver ações direcionadas, relevantes e que façam sentido para quem será atendido. Assim, garantir que a educação financeira promova mudanças duradouras e alcance os indivíduos de forma personalizada e significativa passa a ser um objetivo viável e primordial.

A ANBIMA, ao realizar o Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira em parceria com o Plano CDE, contribui diretamente para essa abordagem ao facilitar a coleta de informações relevantes, que servem como referência para novas iniciativas. Contudo, o mapeamento é apenas o início de um caminho que demanda ações proativas e contínuas, em que os dados não são apenas coletados, mas devem ser interpretados, analisados e transformados em estratégias e práticas eficazes que visam a real mudança do comportamento financeiro dos indivíduos. Dessa forma, sugerimos que, assim como na realização desse mapeamento, a ANBIMA e outras instituições do setor financeiro continuem a fomentar e impulsionar novos projetos e colaborações que aproveitem as oportunidades identificadas e ainda subaproveitadas.

A educação financeira é mais do que oferecer conteúdo; é capacitar as pessoas a tomarem decisões mais inteligentes e bem-informadas, que possam realmente transformar suas vidas, reduzindo o endividamento e promovendo a capacidade de poupar e investir de forma consciente.

Por fim, a reflexão que deixamos é a importância de um esforço coletivo e contínuo: que os agentes de políticas, educadores, instituições, influencers e líderes do setor financeiro atuem em sinergia, compartilhando conhecimento e orientando-se por dados e estatísticas para que, cada vez mais, a educação financeira no Brasil possa ser direcionada de maneira transformadora. O potencial existe, as oportunidades estão mapeadas, e a responsabilidade agora recai sobre todos que acreditam em uma sociedade mais informada e financeiramente saudável.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 30 out. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Integrado de Gestão. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatoriointegrado>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desemprego, informalidade, subutilização e inatividade. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/268-retratos-indicadores/retratos-indicadores-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O consumo das famílias brasileiras: um olhar de gênero e raça**. Rio de Janeiro: IPEA, 2024.

CALDAS, E. Como a economia comportamental foi usada no programa de educação financeira do Bolsa Família. **Época Negócios**, 25 ago. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/08/como-economia-comportamental-foi-usada-no-programa-de-educacao-financeira-do-bolsa-familia.html>. Acesso em: 26 set. 2024.

DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2023>. Acesso em: 26 set. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 30 out. 2024.

FEBRABAN. Plataforma Meu Bolso em Dia. Disponível em: <https://plataforma.meubolsoemdia.com.br/nossos-numeros>. Acesso em: 11 out. 2024.

HASLEM, J. A. Selected topics in financial literacy. 5 out. 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2352918>. Acesso em: 30 out. 2024.

JORNAL NACIONAL. IBGE divulga a média de renda das famílias brasileiras. 28 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/28/ibge-divulga-a-renda-dos-brasileiros-e-afirma-que-ainda-ha-muita-desigualdade-entre-os-estados.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2024.

OECD. Financial education. 2024a. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/sub-issues/financial-education.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

OECD. Recomendações do Conselho da OCDE sobre letramento financeiro. 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>. Acesso em: 11 out. 2024.

OECD. Smarter financial education: key lessons from behavioural insights for financial literacy initiatives. 2019. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/smarter-financial-education_33d068c7-en. Acesso em: 30 out. 2024.

OECD. Recommendation of the Council on good practices on financial education and awareness relating to credit. 2024b. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/public/doc/78/78.en.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

OECD. Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness: recommendation of the council. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/46193218.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

Educação financeira na educação formal: uma visão conceitualmente abrangente e socialmente articulada

Autoria:

- Adriana Bertoldi Carretto de Castro
- Raquel Cardoso
- Julia Teixeira
- Renan de Lima Andrade

Todas as perplexidades, confusões e angústias na América não surgem de defeitos em suas constituições ou confederação, nem da falta de honra ou virtude, tanto quanto da pura ignorância da natureza da moeda, crédito e circulação.

Essa frase de John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos, é o primeiro registro conhecido sobre a importância da instrução em finanças e economia. Ela faz parte de uma de suas cartas a Thomas Jefferson, na qual ele manifesta suas preocupações com os pagamentos de um novo empréstimo feito na Holanda.

Desde o século XVIII até os dias atuais, a educação financeira tem sido apontada como fundamental para o desenvolvimento da sociedade capitalista. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), a partir da crise financeira de 2008, passou a sugerir que os países adotassem as estratégias nacionais de educação financeira, com o intuito de orientar o desenvolvimento de programas educacionais (OECD, 2009).

No Brasil, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2011. A partir disso, a ENEF foi atualizada e, em 2021, foi lançada a Nova ENEF (Brasil, 2021). As recomendações do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) incentivam a criação de programas educacionais e sinalizam a importância na formação do professor, como elemento central neste processo.

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em parceria com o Plano CDE realizou o retrato iniciativas de educação financeira no Brasil. A coleta de dados ocorreu a partir da inscrição voluntária de iniciativas desenvolvidas no Brasil. O processo de cadastramento foi até julho de 2024, e permitiu a identificação do perfil, público-alvo e ferramentas utilizadas nas ações de educação financeira.

Conforme os resultados apresentados, a maioria das iniciativas de educação financeira cadastradas são realizadas por empresas privadas do mercado financeiro, do tipo Pessoa Jurídica (PJ). Além disso, 74% dessas ações são gratuitas, financiadas principalmente por recursos privados, e muitas delas têm como objetivo promover a mudança de comportamento financeiro, planejamento e poupança.

A educação financeira na educação formal e a importância do papel dos professores

Na educação formal, a educação financeira é incentivada por meio da abordagem transversal, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento federal orienta a elaboração de currículos e propostas pedagógicas para a educação básica, que consiste na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A recomendação da BNCC é abordar a educação financeira de maneira transversal, integrando a educação financeira aos temas abordados dentro da grade curricular determinada por cada curso (Brasil, 2018).

A transversalidade consiste em integrar temas relacionados à educação financeira à estrutura curricular. Nessa prática, a figura do docente é central, pois cabe a ele relacionar os conceitos financeiros ao conteúdo abordado em sala de aula, de maneira apropriada e relevante.

Conforme o retrato das iniciativas de educação financeira de 2024, entre as iniciativas em instituições de educação, universidades e escolas públicas são o mais comum – e 41% delas estão inseridas em componentes obrigatórios. Isso corrobora com a recomendação da BNCC de utilização da abordagem transversal.

No Estado de São Paulo, há uma situação específica em andamento. Em 2024, a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) implementou disciplinas específicas de educação financeira para alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A introdução de disciplinas específicas altera a recomendação de uma abordagem transversal, pois sistematiza o processo gerando uma obrigatoriedade na abordagem da educação financeira (São Paulo, 2024). A inserção de uma disciplina específica pode não gerar os resultados esperados pois, embora haja uma diretriz organizacional para a implementação das disciplinas, a formação dos professores é uma questão que ainda não fica equacionada.

A situação reflete um paradoxo na educação financeira nas escolas: enquanto o governo se esforça para incluir o tema na grade curricular, muitos professores não

estão adequadamente preparados para lecionar sobre esse assunto. Segundo um levantamento realizado em 2020 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e pelo Banco Central, os educadores reconhecem a importância da educação financeira, mas expressam insegurança devido à falta de treinamento adequado (Brasil, 2022). Complementarmente, um estudo de 2019 da Associação de Educação Financeira no Brasil revelou que apenas 20% dos professores se sentem confiantes para ensinar esse conteúdo (Brasil, 2020).

O Mapa das Iniciativas de Educação Financeira no Brasil de 2024 revela que os conteúdos são, de maneira geral, elaborados pelos próprios professores e escolas (78%). A utilização do modelo híbrido de ensino, com oferecimento de conteúdo presencial e virtual, é a forma mais utilizada. As redes sociais foram os canais de divulgação mais apontados. O conteúdo aborda, principalmente, poupança, consumo consciente e organização financeira.

Portanto, independentemente da maneira que se pretende abordar a educação financeira, a figura do professor formador e gerador de conteúdo é fundamental. Há outro aspecto que não pode ser negligenciado: além da falta de conhecimento, do excesso de trabalho e da jornada dupla, presente principalmente na vida das professoras, muitas vezes os educadores precisam lidar com sua dificuldade em gestão pessoal de recursos financeiros.

De acordo com os dados do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa, em agosto de 2024, o número de brasileiros inadimplentes atingiu 73,42 milhões (Serasa, 2024). Como parte da população brasileira, é muito provável que os professores façam parte dessas estatísticas de endividamento, representando um obstáculo adicional para aqueles que deveriam estar preparados para ensinar sobre o assunto em sala de aula.

Uma visão conceitualmente abrangente. Mas o que é exatamente a educação financeira? Existem diversas definições sobre o que é educar financeiramente, assim como vários termos correlatos a educação financeira como: alfabetização financeira, letramento financeiro, educação financeira e gestão de recursos pessoais. Para nós, a educação financeira consiste em alfabetizar financeiramente as pessoas, através do aprendizado de cálculo de juros, valor do dinheiro ao longo da linha do tempo, conhecimento sobre inflação, riscos e aplicações do mercado financeiro. A matemática financeira é o elemento básico neste processo de formação. A finalidade da alfabetização financeira é capacitar as pessoas no processo de tomada de decisão.

Por outro lado, a alfabetização financeira sem o desenvolvimento do pensamento crítico, dos valores e da responsabilidade social é incompleta. O senso crítico permite o desenvolvimento da capacidade de discernimento. Isto se refere tanto ao conteúdo das informações que são veiculadas em mídia impressa ou digital quanto ao processo de tomada de decisão. Atualmente, muitos criadores de conteúdo digital fazem recomendações sobre aplicações financeiras e maneiras de gerir as finanças pessoais. Contudo, a falta de senso crítico impede as pessoas de discernir sobre a idoneidade dessas informações. Uma prática utilizada por desenvolvedores de conteúdo é a geração de "efeito manada", fenômeno no qual a recomendação de determinada aplicação financeira acaba incentivando as pessoas a seguirem as "dicas" e aplicarem seu dinheiro nas aplicações recomendadas. As pessoas não conseguem discernir se aquelas aplicações são adequadas ao seu perfil de investidor.

Os valores são extremamente importantes juntamente com a responsabilidade social. Muitos discursos correntes exploram desejos íntimos das pessoas como a ganância, a vontade de ser reconhecido pela posse de bens e o ganho fácil. Frases como "você precisa fazer o dinheiro trabalhar para você ao invés de trabalhar para ganhar dinheiro" deturpam a realidade dos fatos.

Outro caso comum tem sido as "bets": apostas esportivas e outros jogos de azar online. A popularidade desses jogos tem levado muitas pessoas a comprometerem sua renda e patrimônio, além da própria saúde, em busca de ganho fácil. Segundo dados da 7ª edição da pesquisa Raio X do Investidor Brasileiro, cerca de 14% da população (ou o equivalente a 22 milhões de pessoas) relataram ter apostado online em 2023, percentual superior à utilização da maioria dos produtos de investimento. Preocupa também o fato de que, ainda com base na pesquisa mencionada, 22% das pessoas apostadoras declararam considerar as "bets" um tipo de investimento financeiro. Dia após dia, esta situação tem se confirmado uma pauta crítica a nível de saúde pública, reforçando a urgência de ações efetivas para conscientização das pessoas e regulamentação deste mercado.

Já a responsabilidade social nos motiva a entender que práticas racionais e sustentáveis no processo de gestão financeira e nos investimentos geram impacto social e ambiental. Além do consumo sustentável, a gestão sustentável de recursos e os investimentos socialmente responsáveis são essenciais para uma formação educacional consistente.

Outro fator fundamental que precisa ser abordado no contexto educacional é o comportamento humano. A psicologia econômica se dedica a entender como as emoções influenciam decisões relacionadas a vender, comprar ou investir. Ao explorar essa intersecção entre psicologia e economia, podemos compreender melhor nossos próprios comportamentos e motivações.

O controle emocional é primordial. Muitas vezes, o descontrole nos gastos pode ser uma forma de compensar questões emocionais, como quando pensamos: "Estou passando por um momento difícil e mereço um tênis novo." Essa atitude não representa uma escolha financeira consciente, mas sim uma impulsividade guiada por sentimentos momentâneos. Reconhecer essas motivações é o primeiro passo para desenvolver um comportamento financeiro mais equilibrado e responsável.

Portanto, uma maneira eficaz de lidar com as próprias emoções é compreender o conceito de "suficiente". Esse termo se refere ao que satisfaz nossas necessidades e desejos sem excessos. O conceito de suficiente nos convida a refletir sobre nossas prioridades e a reconhecer que a verdadeira satisfação não vem necessariamente da acumulação de bens, mas da adequação dos nossos recursos às nossas necessidades reais.

Ao internalizar essa perspectiva, pode-se desenvolver uma relação mais saudável com o consumo, evitando gastos impulsivos e aprendendo a apreciar o que se tem. Cria-se, assim, um espaço emocional mais positivo e sustentável para as finanças.

Além do componente psicológico, o conceito de "suficiente" também envolve uma dimensão familiar e social. Muitas vezes, as decisões de compra são moldadas por padrões e expectativas familiares. Por exemplo, se uma pessoa cresceu em um ambiente onde o consumo excessivo era valorizado, ela pode sentir a necessidade de reproduzir esse comportamento, buscando satisfação em bens materiais.

Essa busca por aprovação externa muitas vezes resulta em um ciclo de consumo que não traz satisfação duradoura, mas sim um alívio momentâneo. Reconhecer essa dinâmica é fundamental para desenvolver uma consciência crítica sobre as motivações de compra. Ao entender que o verdadeiro valor reside em atender às nossas próprias necessidades e em construir relacionamentos autênticos, podemos abraçar o conceito de suficiente, promovendo uma vida mais equilibrada e significativa.

A importância das famílias

E por falar em famílias, é fundamental que elas sejam convidadas a participar ativamente do aprendizado sobre educação financeira ao lado dos jovens estudantes. Muitas vezes, os pais e/ou os responsáveis também não tiveram a oportunidade de adquirir esse conhecimento e, portanto, sua inclusão nesse processo pode ser extremamente valiosa. Uma pesquisa realizada em 2019 pela Associação de Educação Financeira no Brasil destacou que o engajamento das famílias é um fator decisivo para o sucesso da educação financeira nas escolas.

Quando a família se envolve, a educação financeira se torna uma discussão central no ambiente familiar, fortalecendo laços, promovendo a transparência nas finanças e estabelecendo uma base sólida para que as futuras gerações desenvolvam uma relação saudável com o dinheiro. Assim, ao unir os esforços de educadores, compreender os aspectos psicológicos e envolver as famílias, podemos construir um futuro mais financeiro e emocionalmente saudável para todos.

Por fim, independentemente de como a educação financeira é abordada dentro da educação formal, a questão essencial é que ela precisa ser consistente. Abordar a alfabetização econômica, o desenvolvimento de valores, o senso crítico e a responsabilidade social juntamente com a psicologia econômica parece ser uma base sólida. Porém, sem o apoio familiar e a presença do professor capacitado e consciente do seu papel como educador e formador de opinião, não será possível melhorar o nível de conhecimento da população brasileira.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Dados revelam perfil dos professores brasileiros. Brasília, DF, 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/dados-revelam-perfil-dos-professores-brasileiros>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia/Banco Central do Brasil/Área de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta. **Comunicado FBEF nº 1/2021**, de 20 de maio de 2021. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 de maio de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/anexos/2021/20210524_comunicado_FBEF.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Remuneração média dos docentes do Brasil. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2020/remuneracao_media_docentes/remuneracao_docentes_brasil_2020.zip. Acesso em: 25 out. 2024.

OECD. **Financial literacy and consumer protection:** overlooked aspects of the crisis. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/50264221.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

SÃO PAULO. Educação financeira passa a ser disciplina nas escolas: 1 milhão de alunos aprendem a cuidar do dinheiro. **Secretaria da Educação**, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-financeira-educacao-inclui-disciplina-no-curriculo-e-1-milhao-de-alunos-vao-aprender-lidar-com-o-dinheiro-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 25 out. 2024.

SERASA. Mapa da inadimplência e neociação de dívidas no Brasil. Ago. 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 25 out. 2024.

ANBIMA. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 7ª ed. Abr. 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-brasileiro.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

O que está sendo ensinado *versus* as reais necessidades de aprendizado na educação financeira

Autoria:

- Sarah Amaral Fabricio Teixeira
- Julia Gouvea
- Eduardo M. Reis Filho

O retrato das iniciativas de educação financeira no Brasil de 2024, realizado pela ANBIMA em parceria com o Plano CDE, traz uma visão abrangente sobre a educação financeira no Brasil. Em relação ao foco temático das iniciativas, o mapeamento corrobora o que sabemos de outras fontes: há lacunas importantes em finanças comportamentais. Temas como comportamento financeiro e viés comportamental são urgentes, mas ainda são abordados de forma genérica e pouco contextualizada. Esse entendimento vem de uma análise combinada dos dados do mapa.

Nota-se que a maioria das iniciativas contempla as temáticas de mudança de comportamento financeiro (91%), planejamento (89%) e poupança (86%). Mas quando trazemos para a análise os formatos mais utilizados, notamos que as postagens em redes sociais correspondem a 73% e cursos de curta duração, a 60%. Esses formatos podem trazer informação, mas não dão a profundidade necessária para transformar atitudes. Para gerar mudanças reais, é preciso usar formatos mais contínuos e práticos, como mentorias e programas de acompanhamento, que ajudem as pessoas a aplicar o que aprenderam e desenvolver novos hábitos ao longo do tempo.

Além disso, outro ponto de atenção é que as iniciativas podem refletir interesses das instituições que as promovem – 67% delas são promovidas por pessoas jurídicas e, destas, 63% são instituições privadas e 47% do mercado financeiro. Outra questão relevante é que muitos dos conteúdos são ministrados por professores da educação básica sem a formação adequada.

A fim de enfrentar essa realidade, sugere-se que as iniciativas se concentrem na aplicabilidade das finanças comportamentais, priorizando temas alinhados às necessidades concretas da população. Segundo o mapeamento, 78% dos conteúdos sobre educação financeira são elaborados pelos próprios docentes e 18% são

fornecidos por parceiros, mas muitas vezes esses materiais não se conectam efetivamente ao público-alvo. Outro ponto destacado é a periodicidade das ações, predominantemente anuais (20%), o que pode ser ineficaz.

As iniciativas analisadas também revelam uma falta de foco específico. A educação financeira é uma ciência essencialmente humana, já que está mais ligada ao comportamento do que efetivamente aos números, e precisa ser adaptada às características do público, como classe social, idade e gênero. No entanto, 94% das ações não têm foco racial e 89% não consideram a perspectiva de gênero, ignorando, por exemplo, as disparidades salariais entre homens e mulheres e as desigualdades raciais. A aplicação de conteúdos generalizados não atende plenamente às necessidades de públicos com diferentes contextos socioeconômicos e de gênero.

Alinhar os conteúdos de educação financeira às reais necessidades da população é essencial para formar cidadãos mais conscientes. Sendo certo que não há como falar de educação financeira sem se atentar às finanças comportamentais, a inclusão financeira passa pela oferta de uma base sólida de conhecimento que ajude as pessoas a tomar decisões mais informadas, evitar armadilhas comportamentais e melhorar sua saúde financeira.

Início da educação financeira no Brasil

A educação financeira era praticamente inexistente no currículo escolar brasileiro até meados dos anos 2000. Antes disso, o tema era restrito a grupos específicos, como investidores e profissionais do mercado financeiro. A falta de políticas públicas voltadas à educação financeira resultou em uma lacuna de conhecimento, deixando grande parte da população sem orientação adequada para lidar com o seu contexto financeiro. Esse cenário contribuiu para a desigualdade social, altos níveis de endividamento e baixo uso de instrumentos financeiros básicos, como a poupança.

Um marco importante no fortalecimento da educação financeira foi a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010, coordenada pelo Governo Federal em parceria com instituições financeiras. A ENEF visava promover o planejamento e o uso consciente do dinheiro. Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorporou a educação financeira como um tema transversal, especialmente nas áreas de matemática e ciências humanas.

O que tem sido ensinado?

Desde a implementação da BNCC, a educação financeira nas escolas se concentra em:

Orçamento pessoal e familiar: ensinando a importância de planejar receitas e despesas.

Importância da poupança: incentivando a formação de reservas financeiras.

Necessidade versus desejo: ajudando os alunos a priorizarem seus gastos.

Uso consciente do crédito: alertando sobre riscos do crédito e importância de manter pagamentos em dia.

Prevenção do endividamento: apresentando estratégias para evitar dívidas excessivas.

Os materiais didáticos abordam conceitos elementares de renda, gastos e investimentos básicos, como a poupança. No entanto, essas iniciativas ainda são limitadas. Os dados do mapeamento 2024 também revelam a falta de abordagem mais complexa e específica sobre finanças. Segundo esse relatório, os temas mais trabalhados são:

orientações ou ferramentas sobre organização financeira e finanças pessoais;

informações sobre práticas para poupança, hábitos de poupar;

informações financeiras básicas (poupança, investimento).

Todos aparecendo em mais de 90% das iniciativas. Orientações sobre como limpar o nome e proteção e defesa do consumidor aparecem em cerca de 40% das iniciativas.

As reais necessidades da população

Embora a introdução da educação financeira nas escolas represente um progresso, ainda há um descompasso entre o que é ensinado e as necessidades da população. Muitas pessoas enfrentam dificuldades financeiras relacionadas ao endividamento e à falta de acesso a investimentos. Além disso, produtos financeiros, como seguros e previdência privada, permanecem pouco explorados, respectivamente com 40% e 62% das iniciativas tratando sobre eles, de acordo com o mapeamento.

No Brasil, as desigualdades sociais e econômicas exigem uma abordagem diferenciada. Muitas famílias lidam com orçamentos apertados, sem margem para poupança ou investimentos. Assim, a educação financeira deve contemplar:

Finanças comportamentais: compreender como fatores psicológicos afetam decisões financeiras é essencial para evitar vieses prejudiciais, como a aversão à perda.

Gestão de dívidas: incluir orientações práticas sobre renegociação e direitos do consumidor.

Previdência e seguros: enfatizar a importância do planejamento para o futuro e da proteção patrimonial.

Produtos financeiros acessíveis: promover produtos de baixo custo para inclusão financeira.

Empreendedorismo: preparar trabalhadores da economia informal com conhecimentos em fluxo de caixa e gestão de pequenos negócios.

Diferenças regionais e culturais

A diversidade regional e cultural do Brasil influencia as necessidades financeiras de sua população. Em áreas mais pobres, a educação financeira deve focar na sobrevivência com um orçamento restrito, enquanto em regiões mais prósperas, o planejamento de longo prazo e investimentos são prioridades. Além disso, redes de apoio familiar e comunitário desempenham um papel importante em algumas localidades. Os dados do mapeamento 2024 mostram, porém, que mesmo que as iniciativas tenham abrangência nacional, sua origem está concentrada no Sudeste do país.

A inclusão digital também é fundamental para ampliar o acesso a serviços financeiros, especialmente com o crescimento das fintechs. Contudo, é preciso que as pessoas sejam educadas para utilizar essas ferramentas de forma segura e eficaz.

Desafios e oportunidades

Entre os principais desafios da educação financeira no Brasil estão:

Acesso e inclusão: as pessoas em áreas rurais ou de baixa renda ainda enfrentam dificuldades para acessar recursos educacionais de qualidade. Iniciativas que utilizem tecnologia para alcançar esses públicos são essenciais.

Cultura e hábitos financeiros: alterar comportamentos financeiros é uma tarefa complexa que exige programas que respeitem as particularidades culturais das comunidades e engajem seus membros ativamente.

Educação nas escolas: a integração da educação financeira no currículo escolar é fundamental para preparar uma nova geração mais consciente. Parcerias entre instituições financeiras e escolas podem fortalecer essa abordagem, porém sem trazer viés de venda de produtos financeiros ou algum outro interesse.

Impacto das "bets" e falsas promessas de investimento: o aumento das apostas on-line tem se mostrado um desafio significativo. Segundo dados do Itaú, brasileiros perderam quase R\$ 24 bilhões em jogos e apostas digitais em apenas um ano (Duran, 2024). Muitos influenciadores vêm promovendo essas atividades como se fossem formas de investimento, criando uma falsa percepção de que é possível obter retornos fáceis e rápidos. Essa narrativa contribui para a distorção do conceito de investimento e aumenta a vulnerabilidade financeira da população.

A educação financeira precisa combater a desinformação, esclarecendo as diferenças entre apostas e investimentos legítimos, e orientando sobre riscos e comportamento responsável.

Esses desafios exigem que a educação financeira se adapte continuamente para fornecer conhecimento relevante e aplicável, alinhado à realidade e às necessidades do público brasileiro.

Cabe lembrar, conforme exposto acima, da importância de aliar as finanças comportamentais ao ensino da educação financeira, já que diversas pesquisas apontam que o crescimento das "bets" e o prejuízo da população está diretamente relacionado aos vieses comportamentais quando o assunto é jogos de aposta.

Propostas de melhoria

Para aprimorar a educação financeira no Brasil, é fundamental adotar uma abordagem estratégica e abrangente, que considere as particularidades culturais e econômicas da população. Entre as principais recomendações estão:

Foco no comportamento financeiro:

É necessário aprofundar o entendimento sobre como emoções e vieses cognitivos, como a aversão à perda, excesso de confiança e efeito de ancoragem, afetam as decisões financeiras. Além disso, é

necessário que a abordagem da educação financeira traga a consciência para o receptor de temas sobre finanças comportamentais. Programas educacionais devem incluir discussões sobre a influência do comportamento no consumo, investimentos e uso de crédito, ajudando as pessoas a evitarem armadilhas financeiras e promovendo a autorreflexão para tomada de decisões mais racionais.

Educação prática e contextualizada:

Conectar a teoria com a prática é essencial para que os conceitos financeiros façam sentido na vida real. Simulações de situações cotidianas, como elaboração de orçamentos, planejamento para imprevistos e negociações de dívidas ajudam a fixar o aprendizado. Estudos de caso e jogos educacionais também são ferramentas eficazes para contextualizar temas como economia informal e microempreendedorismo. A personalização dos conteúdos conforme as diferentes fases da vida e necessidades socioeconômicas contribui para aumentar a relevância dos programas.

Tecnologia e inovação financeira:

A inclusão de novas tecnologias, como aplicativos de controle financeiro, plataformas de educação on-line e serviços digitais de investimento, é fundamental para preparar a população para o futuro financeiro. Além disso, é importante educar sobre novas formas de investimento, como criptomoedas, e alertar sobre seus riscos, para que as pessoas saibam diferenciá-las de apostas especulativas. Programas de educação financeira também devem promover a inclusão digital e orientar sobre o uso consciente das fintechs e marketplaces financeiros.

Incentivo à conscientização:

Um desafio crescente é a disseminação de falsas promessas de enriquecimento rápido por meio de apostas on-line e jogos, frequentemente promovidos por influenciadores digitais. A educação financeira deve fornecer orientações claras sobre a diferença entre apostas e investimentos legítimos, destacando os riscos envolvidos e promovendo uma cultura de comportamento financeiro responsável. Campanhas educativas específicas sobre esse tema podem ajudar a conscientizar as pessoas sobre o impacto financeiro e emocional das apostas e prevenir que sejam vistas como alternativas viáveis de ganho.

Conclusão

A educação financeira no Brasil vem avançando, mas ainda precisa se desenvolver para responder às necessidades reais da população de forma mais prática, inclusiva e eficiente. A adaptação dos conteúdos às diferentes realidades socioeconômicas e o foco em finanças comportamentais são fundamentais para formar cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com seus recursos

de forma responsável. A inclusão de ferramentas tecnológicas e a disseminação de conhecimento acessível e personalizado são essenciais para promover a inclusão financeira e prevenir erros financeiros comuns, como endividamento excessivo e envolvimento com apostas arriscadas. Somente com uma educação abrangente e contextualizada será possível construir uma sociedade mais saudável e equilibrada, em que as pessoas possam tomar decisões financeiras seguras, melhorar sua qualidade de vida e alcançar maior bem-estar financeiro em longo prazo.

Referências

DURAN, P. Brasileiros perdem R\$ 24 bilhões em apostas online por ano, projeta Itaú. **CNN Brasil**, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/economia/macroeconomia/brasileiros-perdem-r-24-bilhoes-em-apostas-online-por-ano-projeta-itaui/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Expediente

Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil

Presidente

Carlos André

Diretores e diretoras

Adriano Koelle, Andrés Kikuchi, Aquiles Mosca, Carlos Takahashi, César Mindof, Denisio Liberato, Eduardo Azevedo, Eric Altafim, Fernanda Camargo, Fernando Rabello, Flavia Palacios, Giuliano De Marchi, Gustavo Pires, Julia Wellisch, Pedro Rudge, Roberto Paolino, Roberto Paris, Rodrigo Azevedo, Sergio Bini, Sergio Cutolo, Teodoro Lima e Zeca Doherty

Comitê Executivo

Amanda Brum, Eliana Marino, Francisco Vidinha, Guilherme Benaderet, Lina Yajima, Marcelo Billi, Soraya Alves, Tatiana Itikawa, Thiago Baptista e Zeca Doherty

Superintendência de Sustentabilidade, Inovação e Educação

Marcelo Billi

Gerência de Educação

Fernanda Mateus

Gerência de Inovação e Pesquisa

Luiz Pires

Organização da pesquisa

Antonio Matheus

Artigos

Adriana Bertoldi Carretto de Castro, Alexandre Luís dos Santos, Camila Feldberg, Eduardo M. Reis Filho, Erica Ruiz, Fatima Teixeira, Jane de Moraes Ilha, Jenifer Correa, Julia Gouvea, Julia Teixeira, Juliana Haruko Horita, Luan Carlos Correia Soares, Marcelo Junqueira Angulo, Raquel Cardoso, Renan de Lima Andrade, Sarah Amaral Fabricio Teixeira, Sarai Elizabeth Vega Molina e Willyam Mayorga

Preparação e revisão técnica dos artigos

Bruno Rocha, Isabella Sánchez e Patricia Bernardo de Almeida

Edição do relatório

Giovanna Bambicini

Pesquisa e levantamento de dados

Plano CDE

Análise qualitativa da pesquisa

Rede ANBIMA de Educação
CBDA Design

Texto

Contê Comunicação Com Conteúdo

Diagramação

Thayran Studio



Rio de Janeiro
Praia de Botafogo, 501 – 704,
Bloco II, Botafogo,
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22250-042
Tel.: (21) 2104-9300



São Paulo
Av. Ruth Cardoso, 8501,
21º andar, Pinheiros,
São Paulo, SP
CEP: 05425-070
Tel.: (11) 3471-4200

www.anbima.com.br

